

2007

Preservar e recuperar o meio ambiente e sua sustentabilidade



PRESERVAR E RECUPERAR O MEIO AMBIENTE E SUA SUSTENTABILIDADE

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Com a missão de conceber e implementar as Políticas Públicas de Educação Ambiental no Estado da Bahia de forma estruturante, no caminho para a construção de sociedades sustentáveis, as ações de educação ambiental estão pautadas no diálogo e na participação social em sintonia com o Mapa Estratégico do Governo, consubstanciado nas diretrizes socioeconômicas, territoriais e de gestão; na observância à existência dos 26 Territórios de Identidade; na articulação com a sociedade civil e no respeito aos povos e comunidades tradicionais.

Nesse processo estão envolvidos, além do grupo técnico de educação ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – Ciea, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC, e demais atores sociais envolvidos com o desenvolvimento de programas de educação ambiental.

A Ciea coordenou e finalizou o processo de eleição de seus novos membros para o período 2007-2010. A Comissão é composta por 28 representações dos segmentos institucional e acadêmico, da sociedade civil e do setor privado e tem o papel de formar e construir a Política de Educação Ambiental e o Programa Estadual de Educação Ambiental, em colaboração com a tarefa de transversalizar a temática ambiental no Governo e na sociedade.

Na perspectiva de implementação orgânica de um Sistema Nacional de Educação Ambiental – Sisnea, foi realizado o Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental – Engeea, em julho de 2007, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e Ministério da Educação – MEC, em parceria com o Governo do Estado.

Outra importante ação na área de Educação Ambiental é o Projeto Jovens Ativistas – Formação de Agentes Ambientais Comunitários, implantado como projeto-piloto, no município de Vitória da Conquista, com jovens entre 14 e 16 anos, de es-



colas públicas municipais, estaduais, federal, quilombola e do Movimento Sem Terra – MST, que tem como objetivo tratar da temática de meio ambiente e cidadania, num processo de formação de lideranças para atuarem como protagonistas na melhoria da qualidade de vida em suas comunidades.

Vale registrar a visita da missão angolana que esteve na SEMARH para conhecer experiências que contribuíssem para a construção do Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola e para a capacitação de multiplicadores no exercício da educação ambiental naquele país, conforme resultado de um acordo de cooperação técnica, econômica e científica assinado entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil e o Ministério do Meio Ambiente de Angola.

Contribuindo para ampliar as ações de educação ambiental no Estado, a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH vem aplicando o Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – Peas, através de palestras em escolas públicas, oficinas com jovens e representantes da sociedade civil, do poder público e de movimentos sociais e distribuição de material educativo, como os Cadernos de Educação Ambiental, além de desenvolver atividades de educação informal, como visitas a corpos d'água e trilhas junto com a comunidade.

Um dos mais significativos avanços do Peas na Bahia foi a implementação do Coletivo Educador na região Oeste do Estado, em parceria com a Embasa e o Ministério da Integração Nacional, vinculado ao Programa Pró-Água Semi-Árido. Em 2007, as oficinas aconteceram nos municípios de Santana, Canápolis, Serra Dourada, Brejolândia, Tabocas do Brejo Velho e seus povoados.

Na prática, o Coletivo Educador representa uma rede de instituições com representantes do poder público, da sociedade civil, de movimentos sociais ou organizações não-governamentais que, juntas, disponibilizam suas estruturas e saberes para a população, ajudando a discutir e construir um projeto político pedagógico que oriente todas as ações executadas na Bacia Hidrográfica do Rio Corrente com vistas à educação ambiental para a sustentabilidade.

1.1 UNIVERSIDADE POPULAR DAS ÁGUAS – UNIHIDRO

Destaca-se, ainda, a iniciativa do Governo de reformular a proposta da Universidade Corporativa da autarquia, concebendo

a Universidade Popular das Águas – Unihidro, cujo objetivo é desenvolver um corpo técnico de excelência e fortalecer a estrutura pública de Estado, através de parcerias com universidades públicas que oferecem cursos gratuitos de pós-graduação, mestrado e doutorado na área de recursos hídricos. Além disso, serão reservadas 20% das vagas de cada curso oferecido para membros da sociedade civil, propiciando a ampliação do saber técnico e acadêmico aos cidadãos.

Neste sentido, foram firmados convênios com a Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs, oferecendo mestrado em “Modelagem em Ciência da Terra e do Ambiente” e especialização em “Educação Ambiental para a Sustentabilidade”, e com a Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, para o mestrado em “Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente”.

2. REGULAÇÃO AMBIENTAL

2.1 MARCOS REGULATÓRIOS

2.1.1 Leis 10.431/06 e 10.432/06

Visando atender às diretrizes emanadas da matriz de planejamento do Governo e garantir a discussão das políticas públicas, estão sendo revisadas as legislações ambiental, florestal, de biodiversidade e de recursos hídricos, que foram instituídas pelas Leis nº 10.431 e nº 10.432, ambas de 20 de dezembro de 2006.

Assim, a SEMARH convidou a sociedade para participar das audiências públicas consultivas – a caravana cívico-ambiental, para divulgar e discutir o conteúdo das duas leis, bem como criar a oportunidade de aperfeiçoar o processo coletivo de construção dessas políticas.

Foram realizadas nove audiências em municípios localizados em áreas representativas dos biomas mata atlântica, caatinga e cerrado: Eunápolis, Ilhéus/Itabuna, Vitória da Conquista, Seabra, Juazeiro, Barreiras, Salvador, Bom Jesus da Lapa e Euclides da Cunha, com a participação de 734 pessoas ligadas ao setor público, setor empresarial, às organizações não-governamentais, às comunidades tradicionais, bem como pessoas não vinculadas a instituições, mas que se interessam pela causa ambiental.

Outras contribuições foram recebidas por meio eletrônico, através dos escritórios regionais da SEMARH e do SAC Shopping Barra. As contribuições populares foram consolidadas e serão apreciadas pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental – Cepram e Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh e posteriormente encaminhados ao Governo do Estado.

2.1.2 Regulamentação da Outorga

Com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos no domínio do Estado da Bahia, foram criados Decretos e Instruções Normativas – IN que ao serem publicizados permitiram, pela primeira vez, regulamentar os procedimentos de outorga, com base no novo marco legal das águas. Entres essas medidas, destacam-se:

- Decreto nº 10.255 de 15/02/07, que possibilitou que a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, pudesse analisar, conceder, autorizar ou dispensar pedidos de outorga. Até então, existia a Lei Estadual de Recursos Hídricos nº 10.432/06, que, sem regulamentação de procedimentos, não podia conceder o direito de uso de recursos hídricos;
- IN nº 01 de 27/02/2007, que estabeleceu as modalidades de outorga, como a concessão e a autorização que devem ser concedidas em conformidade com os Planos de Bacia, condicionadas à disponibilidade hídrica e à prioridade para a satisfação das necessidades básicas e a proteção dos ecossistemas.

2.1.3 Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Criado pela Lei nº 8.194, de janeiro de 2002, de natureza contábil-financeira, com duração indeterminada, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Ferhba, tem como objetivo dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos e às ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas.

No segundo semestre de 2007, o Ferhba foi regulamentado, cinco anos após sua criação, através do Decreto nº 10.449/07. O Fundo possibilitará uma ação mais efetiva do Estado na implantação de diversos programas de recursos hídricos, possibilitando a transparência na aplicação dos recursos, inclusive os oriundos da cobrança pelo uso da água no Estado da Bahia. Será administrado por um Conselho de Administração com

participação do Conerh, garantindo o controle social no processo, sendo também um instrumento decisivo para a consolidação do sistema e gestão das águas do Estado.

2.1.4 Fundo Especial de Recursos Financeiros para o Meio Ambiente

O Fundo Especial de Recursos Financeiros para o Meio Ambiente – Ferfa, que tem como finalidade custear as ações para o controle, a preservação, a conservação, e a recuperação ambiental no Estado da Bahia, passou a ser vinculado à SEMARH com a Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006. Sua regulamentação encontra-se em fase de elaboração, devendo ser ajustada às novas diretrizes, inclusive introduzindo as características de fundo socioambiental de fomento a projetos ambientais do Estado, comprometidos com a operacionalização das políticas públicas e o controle social.

Nesse sentido, a SEMARH elaborou projeto a ser financiado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, objetivando a estruturação e fortalecimento do Ferfa.

2.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O Licenciamento Ambiental tem como objetivo regularizar as atividades e empreendimentos com potencial de impacto ao meio ambiente e busca garantir que as medidas preventivas e de controle adotados nos empreendimentos sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Em 2007, foram concedidas 1.124 licenças e autorizações ambientais, entre as quais foi aprovada a implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES em 13 municípios integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal. Destacam-se, ainda, o licenciamento de 63 atividades de mineração, 12 usinas termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas – PCH, 56 atividades relativas à exploração e refino de gás e petróleo em 46 empreendimentos hoteleiros.

Nas aprovações dos processos de licenciamento ambiental, o Centro de Recursos Ambientais – CRA e o Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cepram vêm alertando os empreendedores sobre as responsabilidades no desenvolvimento de suas atividades, tanto em relação aos ativos quanto aos passivos ambientais.

As Tabelas 1 e 2 destacam os processos aprovados pelo CRA e Cepram, indicando o tipo e a quantidade de processos.

TABELA 1

PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL APROVADOS PELO CRA BAHIA, 2007

TIPO	TOTAL
Autorizações Ambientais	77
Autorização de Transporte de Resíduos Perigosos	238
Manifestação Prévia	17
Licença Simplificada	440
Licença de Localização	18
Licença de Implantação	29
Licença de Operação	95
Licença de Alteração	21
Licença de Operação da Alteração	12
Renovação da Licença de Operação	20
Alteração de Razão Social	16
Mudança de Titularidade	28
Licença Precária de Operação	2
Prorrogação de Prazo de Validade	13
Revisão de Condicionantes	56
TOTAL	1.082

Fonte: SEMARH/CRA

TABELA 2

PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ENVIADOS PELO CRA E APROVADOS PELO CEPRAM BAHIA, 2007

TIPO	TOTAL
Licença de Localização	31
Licença de Implantação	1
Licença de Operação	9
Licença de Alteração	2
Revisão de Condicionantes	1
Estudos de Impacto Ambiental – EIA/RIMA	12
Termo de Referência para elaboração de EIA/RIMA	4
TOTAL	60

Fonte: SEMARH/CRA

2.3 FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Em 2007, o CRA ampliou sua infra-estrutura visando facilitar e agilizar o deslocamento do corpo técnico para atendimento das ocorrências, principalmente das emergências ambientais. Foram adquiridos veículos, computadores e equipamentos de proteção pessoal – EPI, para o Plantão de Emergência, além da locação de aeronave.

Vale destacar a criação da base ambiental de Amargosa, por meio da celebração de Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público Estadual – MPE, e a implantação das Unidades Regionais de Camaçari e Salinas da Margarida.

Dentre outras ações de fiscalização executadas em 2007, destacam-se as Operações Planejadas de Fiscalização na Costa do Dendê, dos fomentos das atividades de silvicultura da Veracel e em diversas carvoarias.



TABELA 3

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
BAHIA, 2003-2007

AÇÃO	QUANTIDADE				ACUMULADO	
	2003	2004	2005	2006	2003-2006	2007
Notificações	247	235	305	191	978	84
Advertências	242	511	486	412	1651	395
Autos de infração de multa	92	109	329	284	814	417
Autos de infração de apreensão	14	9	57	18	98	104
Autos de infração de embargo	35	4	30	44	113	25
Autos de infração de interdição	0	11	46	17	74	81
Propostas de demolição	0	1	8	8	17	0
TOTAL	630	880	1261	974	3745	1106

Fonte: SEMARH/CRA

Estão destacadas, na Tabela 3, as ações de fiscalização realizadas no período de 2003 a 2006 e as executadas em 2007.

Pela primeira vez nos seus 12 anos de existência, a SRH assumiu a atribuição de fiscalizar e monitorar os usos da água no Estado, tendo, inclusive, poder de polícia para controlar, apurar e punir irregularidades que venham a ser cometidas pelos usuários de recursos hídricos.

Uma das ações que merece destaque foi a Operação de Fiscalização Preventiva Integrada de Barreiras, deflagrada pelo MPE, que teve como objetivo verificar danos ambientais na

Bacia do Rio São Francisco, como: desmatamentos e produção de carvão, extração mineral clandestina, intervenções urbanas e rurais em Áreas de Preservação Permanente, uso indiscriminado de agrotóxicos, ausência ou descumprimento de outorgas. A operação ocorreu em 13 municípios do Oeste como Muquém do São Francisco, Wanderley, Cotegipe, Cristópolis, Baianópolis, Barreiras, Angical, São Desidério, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves e Luís Eduardo Magalhães.

O Quadro 1 discrimina as ações e campanhas de fiscalização realizadas em 2007.

QUADRO 1

AÇÕES E CAMPANHAS DE FISCALIZAÇÃO
BAHIA, 2007

NOME DA OPERAÇÃO	MUNICÍPIOS	TIPO	BACIA
Rio dos Cachorros	Barreiras	Pontual	São Francisco
Areia de Brumado	Brumado	Pontual	Rio de Contas
Arquipélago de Tinharé	Cairu	OS	Recôncavo Sul
Jucurutu do Formoso	Oeste	OS	São Francisco
Truvisco	Caculé	OS	Rio de Contas
FPI Barreiras 14ª Etapa	Oeste	OS	São Francisco
Resex do Iguape	Maragogipe	OS	Recôncavo Norte
Riacho Moita dos Porcos	Caetité	Pontual	Rio de Contas
Extremo Sul	Extremo Sul	Sistêmica	Extremo Sul
Itapicuru-Açu	Pindobaçu e Itaetê	Pontual	Itapicuru e Paraguaçu

Fonte: SEMARH/SRH

Outra importante ação desenvolvida nesse exercício foi a fiscalização mensal da Área de Preservação Permanente – APP no entorno desses reservatórios, realizada com o apoio da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – Coppa.

2.4 MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL

Uma das mais importantes atividades da área ambiental é o monitoramento da qualidade dos recursos naturais (água, ar e solo), por meio de acompanhamento sistemático, identificando as potenciais fontes de poluição.

Em 2007, o Governo do Estado iniciou a ampliação de sua rede de monitoramento para novas áreas do Estado. A primeira delas foi a região do Litoral Norte, que teve nos últimos anos um significativo aumento de sua população e uma notável expansão da atividade econômica, representada pela implantação de empreendimentos imobiliários voltados para o turismo. O monitoramento da qualidade das suas praias, que não era feito desde 1995, foi reiniciado em novembro de 2007 e será feito sempre em períodos de alta estação. O CRA pretende expandir o monitoramento para as praias das seguintes regiões: Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Baixo Sul, Costa do Cacau, Litoral Sul, Costa do Descobrimento e Extremo Sul.

Quanto à Baía de Todos os Santos – BTS, após a Maré Vermelha (floração de microalgas), ocorrida nos meses de março e abril, o CRA vem monitorando a baía na região de Saubara e na área estuarina do Rio Paraguaçu.

Em Salvador, o monitoramento da qualidade das praias apresentou condições favoráveis, durante o ano de 2007, na grande maioria dos 30 pontos de coleta distribuídos ao longo da orla da cidade, conforme Quadro 2.

O CRA está retomando e ampliando o monitoramento sistemático da qualidade das águas das bacias, destacando-se em 2007:

- Monitoramento da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que foi retomado com ênfase nos meses de setembro, outubro e novembro, em função da floração de algas azuis, na porção norte do Estado de Minas Gerais, devido à ocorrência de alterações nas águas do referido rio no trecho baiano. Em função deste fato, o CRA implantou um Programa Emergencial de Monitoramento de Qualidade das Águas do Rio São Francisco no trecho de Malhada a Xique-Xique, contemplando uma extensão de aproximadamente 500 km;



QUADRO 2

PERCENTUAL DAS CONDIÇÕES DE BALNEABILIDADE DAS PRAIAS DE SALVADOR BAHIA, 2007

PRAIA	LOCAL DA COLETA	PERCENTUAL % JAN A OUT 2007	
		PRÓPRIA	IMPRÓPRIA
S. TOMÉ DE PARIPE (IN 0100)	No meio da praia	100%	0%
PERIPERI (PR 0100)	Atrás da estação férrea	46%	54%
PENHA (PE 0100)	Em frente à Igreja N. S. da Penha	51%	49%
BOGARI (BO 0100)	Em frente ao Colégio João Florêncio Gomes	100%	0%
PEDRA FURADA (FU 0100)	Atrás do Hospital Sagrada Família	0%	100%
BOA VIAGEM (BV 0100)	Ao lado do Forte	100%	0%
ROMA (RO 0100)	Em frente à Rua Professor Roberto Correia	100%	0%
CANTA GALO (CG 0100)	Atrás da fábrica de refrigerantes Brahma	100%	0%
PORTO DA BARRA (PB 0100)	Em frente à Rua Cezar Zama	100%	0%
SANTA MARIA (SM 0100)	Em frente ao Hospital Espanhol	100%	0%
FAROL DA BARRA (FB 0100)	Em frente à Rua Dias D'Ávila	100%	0%
FAROL DA BARRA (FB 0200)	Em frente à Rua Alfredo Magalhães	100%	0%
ONDINA (ON 0100)	Em frente à Rua Ademar de Barros	100%	0%
ONDINA (ON 0200)	Em frente ao posto Shell	100%	0%
RIO VERMELHO (RV 0100)	Em frente à Rua Bartolomeu de Gusmão	100%	0%
RIO VERMELHO (RV 0200)	Em frente à Igreja N. S. Santana	100%	0%
AMARALINA (AM 0100)	Em frente à Escola Cupertino de Lacerda	100%	0%
AMARALINA (AM 0200)	Em frente a Praça do Budião	100%	0%
PITUBA (PI 0100)	Em frente à Rua Paraíba	100%	0%
PITUBA (PI 0200)	Atrás do Clube Português	100%	0%
ARMAÇÃO (AR 0200)	Em frente ao Clube Inter. Pass	100%	0%
BOCA DO RIO (BR 0100)	Em frente ao Posto Salva Vidas	71%	29%
CORSÁRIO (CO 0100)	Em frente ao Posto Salva Vidas	100%	0%
CORSÁRIO (CO 0200)	Em frente ao posto Salva Vidas Patamares	100%	0%
PIATÁ (PA 0100)	Em frente ao Posto Salva Vidas	100%	0%
PLACAFORD (PF 0100)	Em frente ao Posto Salva Vidas	100%	0%
ITAPUÃ (IT 0100)	Em frente ao Clube Cassas	100%	0%
ITAPUÃ (IT 0200)	Em frente à Sereia de Itapuã	100%	0%
FAROL DE ITAPUÃ (FI 0100)	Em frente à Rua K	100%	0%
STELLA MARIS (ST 0100)	Em frente à antiga obra do hotel	100%	0%

Fonte: SEMARH/CRA

■ Na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, o CRA deu continuidade e sustentabilidade ao projeto “Melhoria do Sistema de Monitoramento das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu”, atrelado ao Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II. O monitoramento desta bacia, além

de ser objeto de compromisso com o MMA, é de suma importância, uma vez que 75% das demandas das águas são utilizadas para fins de abastecimento;

■ Em setembro, foi realizada na Bacia Hidrográfica do Rio Joanes/Ipitanga a reavaliação da rede de monitoramento de

qualidade das águas dessa bacia e em outubro foi executada a primeira campanha de amostragem. A escolha desta bacia decorre da preocupação do Governo com a qualidade de suas águas, uma vez que atende a 25% das demandas do abastecimento da RMS e está localizada em zonas urbanas densamente povoadas e na área de influência do Centro Industrial de Aratu – CIA, e Pólo Petroquímico;

- Na Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, o CRA retomou ações destinadas ao monitoramento, reavaliando a rede implantada e realizando a primeira campanha de monitoramento em novembro de 2007;
- Atendendo à solicitação da SEMARH, através da Coordenação da APA das Lagoas e Dunas do Abaeté, o CRA vem executando semanalmente a avaliação das condições de balneabilidade das águas da Lagoa do Abaeté desde o mês de setembro de 2007.

Em novembro de 2007, a SRH assinou contrato com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, através do Centro de Tecnologia Industrial Pedro Ribeiro – Senai/Cetind, para a execução do “Programa Monitora”, que objetiva monitorar a qualidade das águas nas 17 bacias hidrográficas do Estado da Bahia de maneira integrada, contínua e sistêmica, com início da execução previsto para janeiro de 2008. Importante salientar que o Monitora integra o Programa Água Para Todos.



O Programa Monitora tem grande importância para o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos – Seirh, na geração de informações, nas avaliações da evolução espacial e temporal da qualidade das águas para os diferentes usos, nos subsídios a propostas de enquadramento segundo a resolução Conama nº 357/05 e a resolução CNRH nº 012/00, e ainda como auxiliar na elaboração dos Planos de Bacias, entre outros.

De forma sistemática, a SRH monitora e opera os seguintes reservatórios: Apertado, Bandeira de Melo, França, Pedras Altas, Pindobaçu, Ponto Novo e São José do Jacuípe.

2.5 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO

2.5.1 Sistema Estadual de Informações Ambientais

O Sistema Estadual de Informações Ambientais – Seia tem por finalidade garantir à sociedade amplo acesso a toda e qualquer informação sobre a qualidade do meio ambiente, bem como fornecer dados sobre as fontes e causas de degradação ambiental. O Portal Seia na internet (www.seia.ba.gov.br) dispõe de um conjunto de subsistemas dos quais fazem parte: gestão ambiental, recursos florestais, recursos hídricos, cartográficos e de saúde, envolvendo assim as informações ambientais dos órgãos que exercem essas atividades. Tem como atribuições coordenar, produzir, registrar, armazenar, sistematizar e disseminar as informações de cunho ambiental.

Desde a sua concepção, o portal recebeu mais de 2.500.000 visitas, tendo um crescimento contínuo significativo. Usuários de 108 países estrangeiros já acessaram o portal, com destaque para os Estados Unidos, Uruguai, Portugal, França e Espanha, que juntos totalizam quase 300 mil visitas, além de 2.000 notícias publicadas. A terceira versão do portal permite maior agilidade no acesso e maior interação com a sociedade.

2.5.2 Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental da Bahia

O Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental da Bahia – Geobahia, desenvolve e implementa um Sistema de Infor-

mação Geográfica – SIG, para dar suporte às atividades relacionadas à gestão ambiental no Estado da Bahia.

Em 2007, o CRA lançou a versão 2.0 do Geobahia, que contempla diversos temas e informações georreferenciadas, categorizadas segundo regiões específicas do Estado – Litoral Norte, Baía de Todos os Santos, Litoral Sul e Bacia do Paraguaçu, sendo elas:

- Bacias e sub-bacias hidrográficas, rede hidrográficas;
- Divisão e sedes municipais;
- Abrangência do Núcleo Mata Atlântica;
- Unidades de Conservação estaduais e federais;
- Áreas focais do Projeto Corredores Ecológicos;
- Autos de infração e licenciamentos do CRA;
- Procedimentos do Núcleo Mata Atlântica – Numa.

O Sistema possui várias ferramentas e funcionalidades que permitem, por exemplo, medir a distância entre dois pontos; obter informações textuais sobre áreas específicas dos mapas; gerar pontos, linhas e polígonos em qualquer região do Estado e imprimir mapas; consultar informações de processos de licenciamento e autos de infração do CRA e procedimentos do Numa; consultar informações por bacias hidrográficas e municípios de qualquer região do Estado, entre outros.

2.5.3 Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos

Importante instrumento de gestão, o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos – Seirh, gerencia o fluxo e a segurança das informações referentes aos recursos hídricos.

Em 2007, a fim de agregar informações consistentes e interagir com todos os entes que fazem parte do processo de criação do Seirh, foi feita uma oficina no intuito de estabelecer boas parcerias e propiciar a troca de experiências nos mais variados sistemas de informação, bem como esclarecer, principalmente para o quadro funcional, o que é o Seirh e qual a importância das pessoas para o processo de desenvolvimento do mesmo.

Nesse exercício, a SRH iniciou o processo de atualização com atividades e produtos que estão em fase de produção e produtos e/ou ações que já estão implantadas, segundo o Quadro 3.

2.5.4 Operação da Rede Hidrométrica

A Rede Hidrométrica é composta por 103 estações pluviométricas, 69 estações fluviométricas e 12 evaporimétricas. Os dados gerados na Rede são inseridos no banco de dados da SRH para serem utilizados nas atividades internas de gestão e também disponibilizados para a sociedade civil organizada, órgãos federais, estaduais e municipais.

Em 2007, foi feita a recuperação das estações pluviométricas do semi-árido e do Oeste, abrangendo as bacias dos rios Paraguaçu, Contas, Paramirim, Verde/Jacaré, Itapicuru, Grande, Corrente e Carinhanha.

Para a realização dos serviços dessas estações, foram empregadas quatro equipes, compostas por técnicos lotados na sede e nas regionais da SRH. As equipes trabalharam em roteiros distintos e responsabilizaram-se pela efetiva recuperação dos postos pluviométricos da Rede Hidrométrica do Estado. Nessas campanhas, foi feita a recuperação da estrutura física e

QUADRO 3

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS – AÇÕES EM ANDAMENTO BAHIA, 2007

Novo site da SRH	Propiciar a disseminação das informações através dos portais governamentais. O novo site está sendo desenvolvido e será lançado ao final do ano.
Sistema de Informações Geográficas (SIGWEB)	Dotar o Banco de Dados de Recursos Hídricos – BDRH de informações geográficas para integrar ferramentas de geoprocessamento. Atualizamos o novo SIG da SRH, garantindo informação de qualidade para todos os usuários.
Sistema de Informação Hidrológica e Meteorológica	O sistema implantado e em 2008 estará sendo estendido a fim de atender com mais qualidade nossos técnicos. Apoio das atividades de monitoramento das Redes Hidrométricas do Estado e das atividades do Núcleo de Meteorologia da SRH.

Fonte: SEMARH/SRH



lógica dos postos, compreendendo os seguintes serviços: substituição do madeiramento (pilares, tábuas, portões) que estavam em mau estado de conservação, aplicação de cupinizada, aplicação de óleo desingripante, substituição de telas protetoras do cercado, pintura geral, substituição de placas de *dataloggers*, substituição de componentes eletrônicos, colocação de acessórios, etc.

2.5.5 Centro Estadual de Meteorologia da Bahia

Em junho de 2007, a SRH instituiu o Centro Estadual de Meteorologia da Bahia – Cemba, incorporando o já existente Laboratório de Hidrometeorologia da Bahia.

Ainda em junho foi realizada a Reunião de Análise e Previsão Climática para o Nordeste Brasileiro com a participação de representantes do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe/CPTec, da Sociedade Brasileira de Meteorologia – SBMet, e demais centros estaduais do nordeste. Na ocasião foi implantado no Cemba o Sistema de Monitoramento Meteorológico – SIMM, permitindo um avanço na qualidade e diversidade de produtos de monitoramento e previsões de tempo e clima. Atualmente, o Cemba conta com 21 Plataformas de Coletas de Dados – PCD, que medem, armazenam e trans-

mitem via satélite os dados meteorológicos e agrometeorológicos, utilizados nas previsões de tempo e clima, que são disponibilizados diariamente no site da SRBoizrd.

Outro importante acontecimento foi a implantação do Sistema de Previsão Numérica do Estado da Bahia – Simeba, no âmbito do convênio de Cooperação Técnico-Científica entre o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH. Este sistema é um conjunto de programas e *scripts* necessários à geração de previsões numéricas de tempo personalizadas para a Bahia.

2.5.6 Sistema de Gestão Semarh – SIG SEMARH

Com o objetivo de construir e afirmar a identidade da Missão da SEMARH, o Governo do Estado implementou, através da portaria nº 59, de 24/05/2007, o Sistema de Gestão Semarh – SIG/SEMARH, que objetiva promover os meios para facilitar a gestão institucional, administrativa e operacional, visando à garantia de resultados sustentáveis dos serviços prestados pela Secretaria, por meio da participação, envolvimento e comprometimento dos seus colaboradores e de todas as unidades que compõem a sua estrutura organizacional. Esse sistema tem como modelo o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, criado pelo Governo Federal.

2.6 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

No exercício de 2007, o Governo do Estado, através da Superintendência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – SDS, da SEMARH, deu especial atenção ao Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade, com o objetivo de apresentar uma proposta para elaboração da Política Estadual de Mitigação de Mudanças Climáticas e o Plano Estadual de Mudanças Climáticas. Além disso, o Fórum tem acompanhado e contribuído para a Política Nacional de Mitigação de Mudanças Climáticas, especialmente na preparação do documento apresentado na Conferência das Partes – COP 13, realizado em Bali, na Indonésia, em dezembro de 2007.

Como parte das ações, adotou-se o projeto Condomínio da Terra, lançado no mês de junho, em Portugal, pela Associação Nacional de Conservação da Natureza – Quercus. Esse projeto pretende estabelecer um protocolo de compensações, para que o planeta encontre, de forma integrada, o equilíbrio entre o seu desenvolvimento e a preservação ambiental, partindo do princípio de que os serviços prestados pelos ecossistemas são benéficos para a humanidade, independente das fronteiras políticas.

O Fórum realizou, em 2007, cinco reuniões plenárias e criou cinco grupos de trabalho – GT, para discussão técnica de temas específicos: energia, desmatamento, mecanismos de desenvolvimento limpo, vulnerabilidade e estado da arte.

Com a aprovação do seu regimento, o Fórum ampliou a sua composição, destacando-se a presença da sociedade civil, universidades, representantes de outros colegiados e Secretarias de Governo.



2.7 PLANEJAMENTO TERRITORIAL AMBIENTAL

Tem merecido especial atenção o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, instrumento de planejamento que permitirá integrar as ações programáticas de desenvolvimento econômico e social do Estado, regulador do território e referência para o direcionamento dos empreendimentos de investidores que procuram o Estado, que já conta com estudos para o Litoral Norte, Extremo Sul e Oeste Baiano.

Durante o exercício de 2007, a SDS definiu novas áreas para estudo, de modo a incluir os demais territórios não contemplados anteriormente, agrupados em seis grandes áreas que têm como referência os Territórios de Identidade.

Os estudos são necessários para subsidiar as tomadas de decisões, especialmente quanto às novas políticas do setor agroenergético e demais políticas setoriais.

Além desses estudos, encontra-se em procedimento licitatório o Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado da Bahia, nas escalas 1:250.000 e 1:1.000.000 para que o Estado possa ter uma visão real de sua situação geoeconômica e assim planejar seu desenvolvimento em bases tecnicamente precisas. A escala de trabalho será 1:250.000 e a de apresentação, 1:1.000.000.

2.8 ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

A Unidade Ambiental, instalada no SAC Shopping Barra, já consolidada como referência de atendimento, oferece diversos

TABELA 4

ACOMPANHAMENTO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NO SAC
BAHIA, 2007

SERVIÇOS	QUANTIDADE
Enquadramento/Análise Prévia (CRA)	403
Protocolo de Documentos (Atendimento de Condicionantes)	236
Informações sobre Licenciamento Ambiental	228
Emissão de Guias	218
Registro de Atividades Florestais	213
Formação de Processos Ambientais	154
Averbação Reserva Legal	93
Distribuição de Material com Temática Ambiental	63
Distribuição de Formulários (CRA – Licenciamento Ambiental)	45
Autorização de Supressão de Vegetação	31
TOTAL	1.684

Fonte: SEMARH/SDS

serviços para um público crescente, assumindo papel fundamental na aproximação da temática ambiental com a sociedade.

A Unidade dispõe de procedimento operacional padrão, ferramenta administrativa que oferece a garantia dos serviços para usuários em sua maioria formados por empreendedores, consultores, cidadão comum e público acadêmico. Em 2007, foram realizados 1.684 atendimentos, conforme Tabela 4.

A SEMARH e seus órgãos, em parceria com a Secretaria de Administração – SAEB, estarão, em breve, inaugurando projeto-piloto de SAC Ambiental na Casa de Recursos Naturais de Barreiras. Essa iniciativa, em funcionamento no SAC do Shopping Barra apenas para serviços de licenciamento ambiental do CRA, visa facilitar a vida dos cidadãos no acesso aos serviços ambientais, principalmente os cidadãos que residem no interior do Estado, na região onde estão localizados os dez escritórios regionais (Barreiras, Jequié, Eunópolis, Itaberaba, Senhor do Bonfim, Irecê, Guanambi, Santa Maria da Vitória e Itabuna).

Desses escritórios, seis são Casas de Recursos Naturais, onde atuam de forma integrada técnicos da SRH e CRA, três são unidades exclusivas da SRH e uma unidade da SRH e Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação – SFC.

O objetivo é ampliar a consulta dos serviços ambientais ao cidadão interiorano e, principalmente, agilizar o início e acompanhamento do processo de solicitação da concessão da outorga, através de um sistema integrado de informações entre os órgãos da SEMARH, permitindo ao usuário desse serviço acompanhar seu processo no escritório mais próximo de seu domicílio. Atualmente, a documentação referente aos pleitos de outorga tem que ser enviada à sede da SRH, na capital.

3. RECURSOS HÍDRICOS

3.1 GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS

3.1.1 Comitês das Bacias Hidrográficas Estaduais

Em 2007, o Governo do Estado deu prioridade ao acompanhamento dos comitês de bacia hidrográfica, possibilitando que as Bacias Hidrográficas do Itapicuru, Paraguaçu, Recôncavo Norte, Leste, Verde Jacaré e Salitre tivessem um fortalecimento do poder de gestão, ampliação da participação das categorias, ressaltando a participação indígena e quilombola, e a implantação dos instrumentos de gestão, tais como a construção dos planos de bacia e o enquadramento dos corpos d'água. Na Tabela 5, encontra-se a síntese das atividades realizadas pelos comitês de bacia no ano de 2007.

TABELA 5

ATIVIDADES DOS COMITÊS DE BACIAS
BAHIA, 2007

COMITÊS	MUNICÍPIOS	REUNIÕES	EXISTÊNCIA DE CÂMARAS TÉCNICAS	PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS E OUTROS ENCONTROS
Salitre	9	2 ordinárias, 2 extraordinárias, 1 de diretoria	3 oficinas em Juazeiro	7 eventos: Salvador, Juazeiro, Canavieiras, Euclides da Cunha e Foz do Iguaçu
Paraguaçu	84	3 ordinárias, 1 extraordinária	Não tem	8 eventos: Una, Salvador, Feira de Santana e Cachoeira
Leste	28	4 ordinárias, 4 extraordinárias, 13 de diretoria	3 oficinas	4 eventos: Foz do Iguaçu e Juazeiro
Recôncavo Norte	43	3 ordinárias, 3 extraordinárias, 7 regionais, 5 de diretoria	7 câmaras	2 eventos: Salvador e Foz do Iguaçu
Itapicuru	57	2 ordinárias, 2 extraordinárias, 2 de diretoria	Não tem	6 eventos: Irecê, Juazeiro, Euclides da Cunha, Mucugê e Foz do Iguaçu
Verde-Jacaré	32	3 ordinárias, 1 extraordinária, 3 regionais, 5 de diretoria	4 técnicas, 3 consultivas	4 eventos: Xique-Xique e Foz do Iguaçu
TOTAL	253	66	20	31

Fonte: SEMARH/SRH

Foi publicado o edital para implantação de todos os comitês e a destinação pública dos recursos para cada comitê existente, através da Portaria nº167/07-DG. Além disso, foram implantados mais cinco comitês de bacia. Quatro deles já foram aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh, e já iniciaram o processo de instalação que durará sete meses, sendo eles: Rio Grande, Lago de Sobradinho, Rio de Contas e Corrente. Todos estes já possuem diretoria provisória e estão envolvidos nos preparativos dos encontros regionais. Apenas a bacia do Recôncavo Sul aguarda a aprovação do Conerh para iniciar o processo de formação de seu comitê.

Faz-se necessário ressaltar que do Nordeste, o Estado da Bahia é o único a viabilizar suporte financeiro para o período em que os comitês ainda não possuem agência e nem cobrança pelo uso das águas de suas bacias hidrográficas.

3.1.2 Comitê Federal de Bacia Hidrográfica do São Francisco

A SRH tem participado do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, fazendo parte do grupo executivo. O

processo de renovação dos membros do Comitê foi concluído com a eleição da SEMARH para a vice-presidência da diretoria colegiada e indicação do diretor geral da SRH como coordenador da Câmara Técnica de Articulação Institucional – CTAI.

3.2 PROJETO DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Projeto de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – PGRH II, com uma dotação de R\$ 5,2 milhões, aplicou, em 2007, R\$ 3,2 milhões no desenvolvimento das suas atividades.

A SRH deu prosseguimento à fase de preparação do PGRH II, a partir da publicação da Lei nº 10.697/07, que autorizou a contratação da operação de crédito referente ao empréstimo com o Banco Mundial – Bird. Essa autorização refere-se à primeira fase do Projeto, com prazo de implementação de três anos, totalizando US\$ 35 milhões, sendo US\$ 21 milhões de financiamento externo pelo Bird e US\$ 14 milhões a título de contrapartida a ser aportada pelo Governo do Estado.

Os documentos para o *Appraisal*, ou seja, para a Avaliação do Projeto realizado pelo Bird, estão em finalização, estimando-se o cumprimento desta etapa ainda no primeiro semestre de 2008. Além destes documentos, estão sendo elaborados estudos e projetos de engenharia que assegurarão o cumprimento dos cronogramas a serem pactuados para o Projeto. Para isto vêm sendo utilizados recursos da doação do Japan Policy and Human Resources Development Fund – PHRD no valor de US\$ 978 mil. A doação compreende os seguintes componentes:

- Preparação de estudos e projetos, com custo total estimado em US\$ 650 mil, preparação de estudos, revisão de projetos e identificação de áreas prioritárias para implantação de infra-estrutura hídrica para múltiplos usos;
- Estratégia de comunicação, com custo total estimado em US\$ 243 mil, compreendendo o desenvolvimento de estratégias de comunicação social para garantir a sustentabilidade do gerenciamento dos recursos hídricos;
- Preparação da documentação do Projeto, com custo total estimado em US\$ 70 mil, compreendendo a elaboração de manual operativo, planos de implementação, planos de aquisições e sistemática de monitoramento e avaliação do Projeto;
- Auditoria permanente e preventiva, para a qual estão previstos recursos no valor de US\$ 15 mil.

Apesar dos preparativos do PGRH II estarem avançados, o Governo do Estado vem negociando com o Bird, desde abril de 2007, uma mudança na modalidade de empréstimo. Foram trocadas diversas correspondências, tendo sido sinalizado, em outubro de 2007, a intenção de substituir os projetos



tradicionais das áreas de saúde e recursos hídricos para uma nova modalidade denominada Programa de Abordagem Setorial Ampla – Swap, onde os recursos entram para o caixa geral do Estado para financiar os programas governamentais incluídos no PPA.

Esta decisão implicou na paralisação da interlocução da SRH com o Bird e preparação do PGRH II. A utilização dos recursos da doação japonesa PHRD também foi suspensa, até definição do escopo do novo Programa. Desta forma, ficaram pendentes de aprovação do Bird as contratações previstas do projeto executivo do SIAA Bandeira de Melo e revisão do projeto executivo da Barragem de Barroca do Faleiro, além de outras que seriam encaminhadas.

A Secretaria do Planejamento – SEPLAN, será a coordenadora do novo Programa, que contará com unidades executivas nas áreas da saúde e recursos hídricos. Foi contratada a elaboração de Carta Consulta para o Programa, documentação que será submetida à aprovação da Secretaria de Assuntos Internacionais – Seain/Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, sendo estimada sua aprovação no segundo semestre de 2008. O cronograma traçado prevê negociações e aprovação pelo Bird ainda em 2008.

O PGRH II foi indicado como programa do PPA 2008-2011 para compor o Swap Recursos Hídricos, trazendo consigo todos os componentes de obras e gestão de recursos hídricos previstos originalmente. O novo Programa aportará recursos da ordem de US\$ 60 milhões para as duas áreas (recursos hídricos e saúde) e não exigirá contrapartida financeira. Serão definidos os indicadores a serem utilizados no monitoramento e avaliação do Programa.

Através do Projeto de Cooperação Técnica Brasil – PCT BRA IICA/04/003, instrumento firmado entre a SRH e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, foi dado prosseguimento às ações visando à consolidação do sistema estadual de gerenciamento dos recursos hídricos e a gestão da oferta e da demanda de água para usos múltiplos, com previsão de término para junho de 2008.

O Quadro 4 apresenta as ações iniciadas em 2007, com término previsto para junho de 2008.

QUADRO 4

AÇÕES DE GESTÃO DO PGRH II
BAHIA, 2007

AÇÕES DESENVOLVIDAS	CARACTERIZAÇÃO
PGRH II	<p>Termos de referência para estudos de viabilidade na Bacia do Rio de Contas, uma das áreas prioritárias para o Projeto;</p> <p>Termos de referência e contratados serviços de consultoria na organização de eventos (Encontro pelas Águas) de divulgação e difusão de informações sobre o PGRH II;</p> <p>Elaboração de documentos para revisão do projeto de engenharia da Barragem de Barroca do Faleiro;</p> <p>Elaboração de termos de referência para preparação do projeto executivo do sistema de abastecimento de água a partir da Barragem de Bandeira de Melo.</p>
PCT SRH/IICA	<p>Apoio às ações necessárias para o cumprimento dos requisitos para manutenção da ISO 9001 do escopo de outorga;</p> <p>Projeto Baixo Paraguaçu e Baía do Iguape Sustentáveis;</p> <p>Elaboração de estudos de avaliação econômica e financeira do PGRH II;</p> <p>Avaliação das condições geológico-geotécnicas do sítio de implantação da barragem Barroca do Faleiro.</p> <p>Elaboração do Plano de Trabalho para a realização do I Seminário Internacional de Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;</p> <p>Análise, parecer e orientações, sobre os contratos de obras padrões Bird firmados para as obras de Planalto/Barra do Choça e Adutora do Feijão – 3ª etapa;</p> <p>Elaboração do Projeto Encontros pelas Águas;</p> <p>Pré-projeto de monitoramento da qualidade das águas superficiais das bacias hidrográficas do Estado da Bahia;</p> <p>Especificações dos equipamentos e materiais necessários para montagem de laboratório de análises químicas, biológicas e microbiológicas para análise de água, solos e sedimentos;</p> <p>Elaboração de diretrizes ambientais, de infra-estrutura e de reassentamento do Projeto;</p> <p>Elaboração de termos de referência e especificações técnicas do sistema de abastecimento da Barragem de Bandeira de Melo e de revisão do projeto executivo da Barragem de Barroca do Faleiro.</p>
AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO	CARACTERIZAÇÃO
PGRH II	<p>Elaboração de documentos para revisão do projeto de engenharia da Barragem de Barroca do Faleiro;</p> <p>Elaboração de termos de referência para preparação do projeto executivo do sistema de abastecimento de água a partir da Barragem de Bandeira de Melo.</p>
PCT SRH/IICA	<p>Projeto de implementação de rede de qualidade da água e de melhoria e ampliação da rede hidrométrica de sub-bacias dos Rios Grande, Corrente e Sub-Médio São Francisco;</p> <p>Capacitação de pessoas, grupos e comunidades envolvidas, através das atividades de ensino desenvolvidas pela UNIHIDRO – Universidade Popular das Águas;</p> <p>Revisão e regulamentação da legislação de Recursos Hídricos;</p> <p>Elaboração do Projeto Encontros pelas Águas;</p> <p>Pré-projeto de monitoramento da qualidade das águas superficiais das bacias hidrográficas do Estado da Bahia;</p> <p>Produção de cadernos de educação ambiental para o Programa de Educação Ambiental para Sustentabilidade – PEAS;</p>

Continua

Continuação

PCT SRH/IICA

Projeto Baixo Paraguaçu e Baía do Iguape Sustentáveis;
 Planejamento integrado de programas e ações de educação, sustentabilidade ambiental, controle social e monitoramento/fiscalização com participação da sociedade;
 Elaboração do Plano de Trabalho para a realização do I Seminário Internacional de Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;
 Elaboração de diretrizes ambientais, de infra-estrutura e de reassentamento do Projeto;
 Elaboração de termos de referência e especificações técnicas do sistema de abastecimento da Barragem de Bandeira de Melo e de revisão do projeto executivo da Barragem de Barroca do Faleiro.
 Avaliação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/BA);
 Avaliação, revisão ou complementação dos planos de recursos hídricos das RPGA do Rio Grande e do Recôncavo Norte e ampliação da discussão sobre uso e ocupação do solo no planejamento dos recursos hídricos, com utilização de ferramentas de geoprocessamento;
 Avaliação, revisão ou complementação dos planos de recursos hídricos das RPGA do Rio Paraguaçu e dos Rios Verde e Jacaré, e inserção do componente conservação ambiental no planejamento de recursos hídricos;
 Desenvolvimento de metodologias e ações de planejamento estratégico participativo, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, fiscalização, controle social, monitoramento, planejamento de recursos hídricos, gestão ambiental de reservatórios e formação inicial e continuada;
 Produção do Livro Fronteira das Águas: registro e preservação da memória cultural e identitária das populações que habitam as regiões ribeirinhas dos principais rios do Estado da Bahia;
 Estudo para construção de espaços mais participativos e organizados para a auto-sustentabilidade das famílias atingidas por barragens;
 Planejamento de ações de formação e capacitação profissional na área de recursos hídricos. Implementação do PEAS nas bacias hidrográficas;
 Análise técnica e elaboração de pareceres com recomendações à SRH para reparação dos danos ambientais identificados na Bacia do São Francisco, na Bahia, e orientação sobre a compensação ambiental das variadas formas de degradação dos recursos hídricos;
 Avaliação da situação da infra-estrutura e dos sistemas de informação da SRH e elaboração de especificação dos termos de referência para contratação de consultoria especializada em desenvolvimento de sistemas de informação, a fim de implementar o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

Fonte: SEMARH/SRH

3.3 CONCESSÃO DE OUTORGAS

A outorga é a concessão dada pelo Estado, através da SRH, para pessoas ou empresas utilizarem a água diretamente de rios, lagos ou poços para atividades como irrigação, indústria, geração de energia e lazer. Essa autorização está condicionada à disponibilidade hídrica, à prioridade de uso, que é a satisfação das necessidades básicas, e à proteção dos ecossistemas.

A SRH vem trabalhando em prol da melhoria da gestão e controle das águas no domínio do Estado da Bahia. Desde 1995,

foram concedidas 4.351 outorgas, correspondendo a uma vazão outorgada de 176.642,07 l/seg. Em 2007, foram emitidas 236 outorgas com vazão de 1.980,79 l/s, como demonstra a Tabela 6.

3.4 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

O Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA, no valor total de US\$ 16,7 milhões, contará com financiamento de US\$ 10 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e trata-se de um programa capaz de articular os órgãos

TABELA 6

OUTORGAS CONCEDIDAS
BAHIA, 2007

BACIAS	MANANCIAL				TOTAL	
	SUPERFICIAL		SUBTERRÂNEO		VAZÃO	QUANTIDADE
	L/S	QUANTIDADE	L/S	QUANTIDADE	OUTORGADA	DE OUTORGA
					L/S	QUANTIDADE
São Francisco	821,51	19	58,82	77	880,33	96
Vaza Barris, Itapicuru e Real	14,02	23	3,92	16	17,94	39
Paraguaçu, Inhambupe e Recôncavo Norte	639,44	28	17,28	19	656,72	47
Recôncavo Sul e Rio de Contas	245,94	7	14,39	14	260,33	21
Pardo, Jequitinhonha, Itanhém, Leste e Extremo Sul	165,38	30	0,09	3	165,47	33
TOTAL	1.886,29	107	94,50	129	1.980,79	236

Fonte: SEMARH/SRH

constituintes da SEMARH em ações conjuntas, visando reverter o processo de degradação ambiental dos mananciais da Região Metropolitana de Salvador – RMS, antecipar soluções das questões ambientais decorrentes da agenda de desenvolvimento do Estado da Bahia e ampliar a capacidade de planejamento e gestão ambiental. A Superintendência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – SDS procedeu a revisão do marco conceitual do Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA, para harmonizá-lo com as diretrizes e prioridades adotadas pelo Governo.

As ações do programa abrangem as áreas do Lago de Pedra do Cavalo – principal recurso hídrico superficial do Estado; da Bacia do Rio do Cobre – parte do sistema de abastecimento de Salvador e a reserva de água mais importante para o subúrbio ferroviário; da Bacia do Rio Joanes – cujas sub-bacias hidráulicas são utilizadas como mananciais para o abastecimento público e industrial; da Bacia do Ipitanga – importante manancial de abastecimento público e industrial; e da Bacia do Leste.

Em 2007, foram obtidos os seguintes resultados:

- Revisão da Carta Consulta do Programa de Desenvolvimento Ambiental – Águas da Bahia;
- Revisão do Plano de Trabalho do Projeto contrato nº BRA/05/019 – Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA;
- Subsídios técnicos para o Regulamento da Lei nº 10.432/2006;
- Desenvolvimento do Sistema de Contas Florestais contendo: documentação técnica de diagrama de classes, diagrama de casos de uso, casos de usos descritivos, dicionário de dados;
- Versão beta do aplicativo, contendo as funcionalidades de manutenção do cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no Estado da Bahia e suas respectivas atividades florestais. O sistema manterá um cadastro detalhado da pessoa, bem como de suas propriedades; acompanhar a venda e compra dessas propriedades entre pessoas, e georreferenciar sua base, permitindo integração com o Sistema *Arcview* contendo o Sistema de Cadastro Florestal;
- Versão beta do aplicativo, contendo as funcionalidades: Gestão de duas contas correntes para cada pessoa, física ou jurídica, a realizar atividades florestais no Estado da Bahia, a conta de consumo e a conta de produção; Interface *WEB*, para verificação de extrato de contas por parte de pessoas físicas e jurídicas contendo o Sistema de Contas Florestais;

- Versão final do aplicativo, contendo as funcionalidades do Sistema de Cadastro Florestal: manutenção do cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no Estado da Bahia e suas respectivas atividades florestais. Esse sistema deve manter um cadastro detalhado da pessoa, bem como de suas propriedades; acompanhar a venda e compra dessas propriedades entre pessoas, e georreferenciar sua base, permitindo integração com o sistema *Arcview*; permitir consultas on-line a propriedades através de coordenadas georreferenciadas; manter on-line o cadastro dos transportadores de produtos florestais.
- Versão final do aplicativo, contendo as funcionalidades, do Sistema de Contas Florestais: gestão de duas contas correntes para cada pessoa, física ou jurídica, a realizar atividades florestais no Estado da Bahia, a conta de consumo e a conta de produção; interface *WEB*, para verificação de extrato de contas por parte de pessoas físicas e jurídicas; emissão de relatórios gerenciais de forma a permitir a gestão da quantidade de créditos disponíveis no mercado.
- Instalação do ambiente com sistema operacional, banco de dados Postgresql, servidor de aplicação *Tomcat*, aplicação instalada e treinamento do corpo técnico da SEMARH;
- Documento técnico para subsidiar o Zoneamento Ecológico-Econômico, elaboração de termos de referência visando à contratação de estudos de zoneamento ecológico e econômico nas seguintes regiões:
 - a) Lote I: Territórios de Identidade nº 06 – Baixo Sul, nº 21 – Recôncavo e nº 26 – Metropolitana de Salvador. Exceto os municípios Lauro de Freitas, Camaçari e Dias D’Ávila (contidos no Território de Identidade nº 26), contemplados no Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE do Litoral Norte e Salvador, a capital do Estado da BAHIA por ser objeto do PDDU, ora aprovado;
 - b) Lote II: Território de Identidade nº 05 – Litoral Sul;
 - c) Lote III: Territórios de Identidade nº 08 – Itapetinga, nº 09 – Vale do Jiquiriçá, nº 20 – Vitória da Conquista e nº 22 – Médio Rio de Contas;
 - d) Lote IV: Territórios de Identidade nº 01 – Irecê, nº 02 – Velho Chico, nº 10 – Sertão do São Francisco, nº 12 – Bacia do Paramirim e nº 24 Itaparica. Exceto os municípios: Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Feira da Mata, Morpará, Muquém do São Francisco e Sítio do Mato (contidos no Ter-
ritório de Identidade nº 02), Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado (contidos no Território de Identidade nº 10), contemplados no ZEE do Oeste Baiano;
 - e) Lote V – Territórios de Identidade nº 03 – Chapada Diamantina, nº 13 – Sertão Produtivo, nº 14 – Piemonte do Paraguaçu, nº 15 – Bacia do Jacuípe, nº 16 – Piemonte da Diamantina, nº 25 – Piemonte Norte do Itapicuru;
 - f) Lote VI: Territórios de Identidade nº 04 – Sisal, nº 17 – Semi-Árido Nordeste II e nº 19 – Portal do Sertão, incluindo os municípios: Itapicuru, Olindina, Crisópolis, Rio Real, Acajutiba, Alagoinhas, Aramari, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias, Aporá e Pedrão (contidos no Território de Identidade nº 18) não contemplados no ZEE do Litoral Norte;
- Documento sobre as experiências de Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE desenvolvidos no nível federal e de outros Estados;
- Programa de TV de um minuto com a linha de apresentação de Educação Ambiental e Programa de TV de um minuto com a linha de apresentação das Unidades de Conservação. Os programas deverão ter finalização em formato de DVD, com pesquisa de imagem de arquivo, computação gráfica, edição, trilha sonora, locução e finalização digital com efeitos gráficos;
- Programa de Rádio com locução, trilha sonora e duração de um minuto com a linha de apresentação de Educação Ambiental e Programa de Rádio com locução, trilha sonora e duração de um minuto com a linha de apresentação das Unidades de Conservação;
- Projeto de implantação do Museu do Meio Ambiente que deverá ser produzido em linguagem digital e finalizado em dois formatos, um gráfico e outro multimídia, contendo os seguintes aspectos – pesquisa de imagem de arquivo, digitalização e tratamento de imagens, elaboração da identidade visual, aplicação dos efeitos de animação gráfica;
- Documento técnico contemplando a metodologia e a síntese de resultados da oficina de elaboração da proposta de execução do Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA; e a versão preliminar da proposta de esquema de execução do Programa;
- Versão final da proposta de esquema de execução do Programa, incorporando sugestões e recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, SEMARH e Instituições parceiras;

- Elaboração de duas fichas técnicas do Projeto sobre a Casa de Meio Ambiente, conforme modelo do BID, para o Programa de Desenvolvimento Ambiental;
- Plano de trabalho com cronograma e proposta metodológica, tendo em vista o desenvolvimento e implantação do Sistema Estadual de Gestão Compartilhada;
- Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo: Plano de Trabalho, descrevendo as atividades que serão desenvolvidas em Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL na bacia do leste, e o respectivo cronograma.

3.5 PROJETO MODELO DE QUALIDADE DO RIO POJUCA

Dentro de um contexto mais amplo de ações voltadas para a gestão ambiental e para a promoção do desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte, a SEMARH desenvolve o Projeto Modelo de Qualidade do Rio Pojuca, atendendo a 18 municípios, com uma população total de 876.336 habitantes. Realizado através de acordo de cooperação técnica e financeira entre a SEMARH, a Universidade de Estudos Superiores da Insubria – Uninsubria, da Itália, e a Fundação Escola Politécnica da Ufba, o projeto tem a finalidade de proteger e preservar a qualidade e a disponibilidade das águas do rio Pojuca, visando garantir as demandas hídricas da área da Bacia, da área do Recôncavo Norte e da Região Metropolitana de Salvador, além de salvaguardar a faixa costeira da Praia do Forte nas proximidades da foz do rio Pojuca – local de aporte e nidificação de tartarugas marinhas que se destina à implementação de instrumentos normativos, técnicos, gerenciais e programáticos de suporte às ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos, em articulação com demais intervenções previstas para a região, como o Programa de Gestão Ambiental Municipal e Programa de Desenvolvimento Ambiental.

A primeira etapa do Projeto, pioneiro de pesquisa e desenvolvimento em engenharia sanitária, atualmente em fase de execução, tem como objetivo o desenvolvimento do Modelo de Qualidade do Rio Pojuca, no formato de um Sistema de Suporte à Decisão, como instrumento de apoio à gestão ambiental dessa importante bacia hidrográfica.

A primeira etapa envolveu as seguintes atividades:

- Realização de campanha de monitoramento da qualidade da água do rio Pojuca no período de fevereiro de 2006 a outubro de 2007. As amostras foram coletadas nos locais dos cinco Postos Fluviométricos existentes na Bacia, permitindo assim a análise da correlação entre as vazões e os parâmetros de qualidade: físico-químicos e biológicos;
- Análise de Bentos (macro-invertebrados de fundo), que identificou os grupos taxonômicos visando criar um sistema de indicadores de bio-monitoramento das correlações entre os parâmetros de qualidade e as comunidades bentônicas;
- Estudo de caracterização do ecossistema fluvial nos pontos de amostragem, com reconhecimento dos trechos do rio à montante e à jusante;
- Estudo ictiológico para identificar os peixes típicos que vivem, ou que potencialmente poderiam viver no rio Pojuca, ao longo do curso fluvial, nos trechos ecologicamente melhores. Definidos os organismos de referência, o estudo ictiológico permite elaborar uma matriz de índices de adequabilidade, por estágio de vida, a ser usada para avaliar a adequabilidade do habitat para as espécies de peixes de referência, antes e depois da implementação do Projeto, para apoiar o usuário do Modelo na visualização de prováveis impactos e para orientar decisões estruturais e gerenciais de intervenção no habitat;
- Caracterização morfométrica da bacia do rio Pojuca e elaboração do Diagrama Unifilar esquemático do rio, indicando as descargas e a dinâmica anual de todas as contribuições e retiradas de alguma relevância do ponto de vista da quantidade (descarga) ou da qualidade (risco de poluição);
- Diagnóstico socioeconômico, avaliação e projeção das Demandas Hídricas e das Cargas Poluidoras sobre os cursos d'água;
- Diagnóstico da infra-estrutura hídrica e das suas tendências de evolução.

Os levantamentos realizados, diagnósticos, análises, campanhas de amostragens foram apresentados pela SEMARH no Seminário Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Soluções Apropriadas para o Meio Ambiente, Energia e Desenvolvimento Sustentável realizado pela Uninsubria, em Varese, na Itália, em outubro de 2007, com a cooperação da Universidade de Estudos de Brescia, também italiana.

3.6 RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

O Governo do Estado vem desenvolvendo ações de recomposição florestal de matas ciliares com o objetivo de fomentar a conservação, a melhoria e o aumento dos padrões de qualidade ambiental nos ecossistemas ribeirinhos.

A SEMARH, em parceria com o Ministério Público, está desenvolvendo atividades para recomposição de 70 hectares de mata ciliar no município de Ubaíra. O projeto beneficia diretamente mais de mil proprietários rurais das comunidades de Lagoa do Boi e Jenipapo, que dependem das águas dos tributários do Rio Brejões (Bacia do Rio Jiquiriçá) para abastecimento humano.

Ainda em parceria com o Ministério Público, Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, e outros órgãos estaduais e federais, a SEMARH está participando do projeto de recomposição das matas ciliares do Rio da Dona, no município de Santo Antônio de Jesus. Neste ano foram plantadas cerca de 5.300 mudas, abrangendo uma área de aproximadamente cinco hectares.

Ainda dentro dessas atividades foram iniciados os trabalhos para recomposição da vegetação ciliar também nos municípios de Nova Canaã (Rios do Vigário e das Pombas) e Itagibá (Rio do Peixe), onde foram realizados levantamento de áreas degradadas e cadastramento das propriedades ribeirinhas.

3.7 ESTUDOS E PROJETOS DE BARRAGENS

A SRH tem desenvolvido diversos termos de referência para projetos de monitoramento, preservação e recuperação da qualidade da água das barragens e os projetos, estudos e planos, a seguir:

- Projeto de viabilidade para construção de barragem nas bacias dos rios Gavião e São João;
- Plano de Ação Emergencial das barragens – PAE, para garantir a segurança pública, de situações não usuais, ou indesejáveis que comprometem a barragem.
- Plano de Educação Ambiental para a barragem de Ponto Novo e Pindobaçu, em parceria com a Coordenação de Educação Ambiental.

- Regras de operação das oito barragens sob a responsabilidade do SRH, incluindo Pedra do Cavalão;
- Termos de referência para estudos de viabilidade técnico-econômica do complexo adutor – Anagé/Conquista, e de barragens na sub-bacia do rio São João e do rio Gavião;
- Projeto do canal de restituição ao rio da barragem do França;
- Cadastro de barragens públicas existentes no Estado da Bahia/elaboração de banco de dados de barragens;
- Estudos de viabilidade para a construção da 2ª etapa da barragem de Cristalândia;
- Estudo de avaliação de sítios para barragens nas bacias do Rio Brumado e do Rio do Antônio.

Além disso, a SRH tem dado início à construção da metodologia de elaboração dos planos de recursos hídricos do Estado da Bahia, com bases participativas, de acordo com a legislação federal e estadual vigente. Nesse sentido, foi iniciada uma discussão junto aos comitês de bacias hidrográficas do Salitre, do Recôncavo Norte, do Paraguaçu, do Leste e do Verde-Jacaré, sendo já aprovados os termos de referência para elaboração dos planos do Salitre e do Recôncavo Norte.

Também foi iniciado debate com universidades públicas para elaboração dos referidos planos através de convênios, propondo uma nova lógica de envolvimento da comunidade acadêmica na produção de conhecimento para estabelecimento de instrumentos de gestão mais eficientes.

Encontra-se em fase contratual a coordenação do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH para análise e proposição de ajustes para adequação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH, à nova realidade político-institucional do Estado da Bahia.

4. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIDADE BIOLÓGICA

4.1 GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As Unidades de Conservação Ambiental do Estado correspondem aproximadamente a 11% do território baiano, que acrescidas das Unidades de Conservação Federais tem esse índice aumentado para 13% do território, sem considerar as áreas já

protegidas por leis, reservas legais e Áreas de Preservação Permanente.

Em 2007, foi desenvolvida a versão preliminar do Plano de Manejo do Parque Estadual de Sete Passagens – Pesp, situado nos municípios de Miguel Calmon e Jacobina, abrangendo 2.281 hectares. Além do zoneamento ecológico, foram abordados aspectos socioeconômicos de fauna e flora, e sítios histórico-culturais. O plano revelou a presença de duas espécies de orquídeas, até então desconhecidas pela ciência, cinco espécies de rãs, além de nove espécies de aves e dois tipos de primatas em extinção (macaco-prego-do-peito-amarelo e macaco-guigó). Esse plano conta com a parceria da Ufba e o apoio das 14 comunidades do entorno, além das prefeituras locais.

Foram realizados 220 processos de Anuência Prévia em Unidades de Conservação – UC estaduais, sendo que as maiores demandas foram desenvolvidas nas seguintes UC: 37 na APA Joanes – Ipitanga; 24 na APA Litoral Norte; 21 na APA Lagoas e Dunas do Abaeté; 18 na APA Baía de Todos os Santos. As demais Unidades de Conservação estaduais que possuem gestor apresentaram uma média anual variando entre seis e dez processos de Anuência Prévia revelando, entre outros fatores, a reduzida conscientização dos órgãos públicos municipais sobre a legislação ambiental referente às Unidades de Conservação, assim como sobre a necessidade da realização de uma maior articulação da gestão da UC com os órgãos públicos municipais, e também, de uma maior divulgação da UC e das atividades e funções relativas a esta.



Quanto à Orientação Prévia, foram realizadas 49 Orientações Prévias em Unidades de Conservação visando implantação de futuros empreendimentos, em especial de âmbito turístico e residencial, sendo que as principais áreas de interesse estão localizadas na região do Litoral Norte, Região Metropolitana de Salvador e no Baixo Sul, demonstrando a tendência atual e futura de investimentos privados nacionais e internacionais em UCs localizadas nestas regiões do Estado e, ao mesmo tempo, demonstrando a necessidade do poder público investir nos instrumentos de gestão das referidas UC.

Foram solicitadas oito Autorizações de Pesquisa para as seguintes Unidades de Conservação: Parque Estadual da Serra do Conduru (2); Parque Estadual Morro do Chapéu (2); Estação Ecológica Estadual Wenceslau Guimarães (2); ARIE Serra do Barbado (1); e APA Bacia do Rio de Janeiro (1).

Através da SEMARH, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, foram realizadas reuniões técnicas interinstitucionais visando à revisão do Termo de Referência para elaboração do Plano de Manejo da APA do Lago do Sobradinho.

4.2 PARQUES METROPOLITANOS

4.2.1 Parque Metropolitano de Pituçu

Com o objetivo de atender o compromisso do Governo do Estado em garantir a gestão ambiental participativa, foi nomeado

um morador do local como o novo coordenador do Parque Metropolitano de Pituvaçu – PMP, visando uma melhor integração entre a comunidade local e a administração geral do Parque.



Várias atividades socioculturais e de lazer foram desenvolvidas, bem como atividades técnico-ambientais, como a elaboração dos projetos de recuperação de áreas degradadas e de manejo das macrófitas aquáticas da Lagoa de Pituvaçu; capacitação de jovens comunitários para produção; manutenção de viveiro de plantas nativas e práticas pontuais de educação ambiental.

Também foram implementadas atividades de articulação comunitária, visando ações sociais e educativas, entre as quais destacam-se:

- Curso de arte-educação;
- Galpão na comunidade de Alto de São João para funcionamento da Casa da Comunidade;
- Operação integrada de fiscalização ambiental com participação do CRA, Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – Coppa, Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município – Sucom, de Salvador;
- Reunião nas escolas do entorno do PMP na semana do Meio Ambiente;



- Reunião para processo de formação do Conselho Gestor do PMP;
- Mutirão para limpeza do espelho d'água e suas margens.

4.2.2 Parque Metropolitano do Abaeté

Dentro da filosofia da nova gestão, em 2007, foram implantadas novas rotinas administrativas e operacionais, com o objetivo de oferecer maior comodidade e segurança aos visitantes do Parque Metropolitano do Abaeté – PMA. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se:

- Acompanhamento do turismo no PMA, com média mensal de aproximadamente 1.890 turistas;
- Disponibilização da infra-estrutura do Parque para realização de eventos;
- Reunião com comunidades e instituições
- Indicadores ambientais e de eventos no PMA, com base no Gespública;
- Controle de ocorrências (assaltos, afogamentos, incêndios e acidentes).

Quanto às atividades ambientais, foram implementadas: coletas de sementes nativas; plantio de mudas e sementes; tratos culturais do Horto de Restinga; Programa Recuperação de Áreas Degradadas; pesquisas de identificação de espécies da flora nativa exótica; conservação e manutenção de áreas verdes introduzidas; coleta seletiva; leitura pluviômetro; mapeamento do esgotamento hidrossanitário, entre outros. Além dessas atividades, foram realizados eventos educativos, socioculturais, ambientais, religiosos e esportivos.

4.2.3 Parque Zoobotânico Getúlio Vargas

A administração do Parque Zoobotânico Getúlio Vargas tem garantido reformas e melhorias nas instalações, além da elaboração de projetos, visando garantir a disponibilidade de espaço para o lazer e conservação da biodiversidade. Entre as atividades, destacam-se:

- Projeto Mico-de-Cheiro – visa identificar, analisar e catalogar o grupo destes animais ameaçados de extinção, como também elaborar uma estratégia de captura e remanejamento para seu local de origem, a Floresta Amazônica. Tais animais causam um grande impacto negativo sobre a fauna e a flora

local, já que, por serem maiores e mais fortes, deslocam outros grupos de primatas de ocorrência regional, como é o caso do *Calitrix jaccus*;

- Pesquisa sobre águas ácidas no Zôo e sua relação com doenças crônicas no plantel;
- Projeto Comida Divertida – consiste em oferecer de forma diferenciada e dinâmica a alimentação para alguns animais, principalmente felinos, primatas e aves, com o intuito de introduzir novos estímulos e entretenimento na hora das refeições. A atividade simula situações que ocorrem na natureza, proporcionando aos animais a oportunidade de buscar seu próprio alimento, o que favorece a saúde, prevenindo o excesso de peso causado pelo sedentarismo;
- Projeto Compostagem – gestão de resíduos.

Ainda em 2007, a SEMARH implantou, em parceria com a Coppa, um sistema de segurança que garante mais tranquilidade aos visitantes, utilizando um número maior de policiais e posicionamento estratégicos em locais e horários de maior movimento.

4.3 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

Esta atividade se refere à assistência técnica e extensão florestal aos agricultores enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que objetivam a implantação de áreas de silvicultura ou sistemas agroflorestais em suas propriedades. A SEMARH, através da Diretoria de Áreas Florestais – DAF, presta assistência para mais de 170 famílias de produtores rurais que estão participando do programa nos municípios de Ubaíra, Wenceslau Guimarães, Jequié, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho e Ubatã.



Os produtores recebem, além de assistência técnica, cursos de capacitação e orientação para a adequação ambiental de suas propriedades, no que se refere à preservação e recuperação de matas ciliares e áreas de reserva legal.

A DAF também vem prestando assistência técnica aos viveiros já conveniados em anos anteriores nas cidades de Araci (Central das Associações de Araci – CDA), Caldeirão Grande, Ourolândia (Associação de Promoção do Desenvolvimento do Semi-Árido), Paramirim, Paratinga, Maracás e São Gonçalo dos Campos.

A demanda para a implantação de novos convênios para implantação de viveiros florestais e produção de mudas de espécies nativas vem crescendo substancialmente. Este crescimento se dá a partir do número de pedidos de convênios feitos pelas prefeituras, ONG, escolas, fundações, associações etc. O Estado, através de seus técnicos da área ambiental, vem apresentando, em palestras e reuniões com os diversos segmentos da sociedade, as vantagens que tais viveiros podem trazer à comunidade. Esta conscientização vem se concretizando através de um número cada vez maior de pedidos para a implantação de Convênios de Viveiros de Essências Florestais em diversos municípios.

Entre as solicitações ocorridas no ano de 2007, destacam-se os pedidos encaminhados pelo Conjunto Penal de Jequié, pela Fundação Antônio Almeida e Silva – Fundal, Escola Agrotécnica Mãe Jovina, em Ruy Barbosa, e pelas prefeituras de Tapiramutá, Malhada, Serrinha, Presidente Tancredo Neves, Bom Jesus da Lapa, Tremedal, Santa Rita de Cássia, Ubatã, Anagé, Teolândia e Ibititá.

4.3.1 Convênios, Programas e Projetos

Convênio 004/2007 – com a Fundação Antônio Almeida e Silva – Fundal para a criação de um viveiro florestal para produção de mudas nativas para atender a demanda por reflorestamento, recomposição de matas ciliares da APA Serra da Coboronga.

Convênio 006/2007 – com o Instituto Floresta Viva para a execução do Programa de Restauração Florestal no Parque Estadual da Serra do Conduru, visando à restauração florestal de uma área de 10 hectares na zona sul do parque, com o objetivo de neutralizar a emissão de dióxido de carbono – CO₂ da frota de aviões do Governo do Estado.

Além desse convênios, a SEMARH, através da SFC, vem desenvolvendo ações de recomposição florestal com o objetivo de fomentar a conservação, a melhoria e o aumento dos padrões de qualidade ambiental nos ecossistemas. Com esse objetivo, durante o ano de 2007, foram lançados alguns programas e projetos:

Programa Pólos Florestais Sustentáveis – Criação de pólos florestais em regiões do Estado com demanda por biomassa florestal de usos múltiplos, onde deverão ser fomentados projetos de silvicultura, com a participação de pequenos e médios produtores rurais, associações e assentamentos.

Inicialmente o Programa envolve os municípios de Jequié, Lafayette Coutinho, Jaguaquara, Itiruçu, Manoel Vitorino, Itagi e tem previsão de criação dos Pólos de Caetité e Itapetinga,



Santo Antônio de Jesus, Iaçú, Vitória da Conquista e Licínio de Almeida.

O Programa tem por objetivo a conjugação de esforços institucionais capazes de aumentar e diversificar a receita do produtor florestal e as micro-indústrias regionais, com atração de novos empreendimentos industriais e, conseqüentemente, ampliar a oferta de empregos diretos e indiretos no campo e preservação dos remanescentes florestais.

Programa Floresta Bahia Global – Visa à promoção de ações de recuperação da cobertura vegetal dos biomas baianos e a descarbonização das atividades humanas, promovendo o sequestro de carbono e contribuindo para minimização dos efeitos das mudanças climáticas.

Como ação inicial, um total de 30 mil mudas de espécies nativas, como ipê-amarelo, pau-brasil e vinhático, serão plantadas no período de dois anos, na área do Parque Estadual da Serra do Conduru, localizado entre os municípios de Ilhéus e Itacaré.

Programa Biomas Ecossistemas da Bahia – Objetiva o melhor conhecimento dos biomas e ecossistemas baianos, seus problemas e potencialidades, e a formulação de políticas públicas para a conservação da fauna e flora, bem como a promoção da sustentabilidade socioambiental das comunidades que vivem nesses territórios, criando, assim, uma relação com os bens naturais economicamente viáveis, ecologicamente equilibrada, socialmente justa e referenciada.

Neste sentido, foram realizados quatro encontros em Paulo Afonso (caatinga), Salvador (mata atlântica), Maragogipe (mangue) e Barreiras (cerrado).

Programa Luz Para Todos – Considerando a importância social do programa federal, a SFC estruturou uma equipe para atendimento das demandas de anuências e autorização de supressão de vegetação. Neste ano foram licenciados 61 projetos.

Projeto Mata Branca – Parceria do Banco Mundial – Bird, com os Governos da Bahia e Ceará, priorizando áreas de maior relevância do bioma caatinga, pelo alto nível de degradação, além de modelos de uso da terra e áreas instituídas como

unidades de conservação. Com prazo de cinco anos para conclusão, o investimento será de R\$ 23 milhões, sendo R\$ 10 milhões oriundos do Bird, através do Fundo Mundial para o Meio Ambiente, e R\$13 milhões referentes à contrapartida dos governos dos Estados envolvidos.

O Projeto Mata Branca é promovido pela SEMARH, pela Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, e pela Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem, em conjunto com o Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente – Conpam, do Ceará.

Em 2007, foram realizadas as seguintes atividades:

- Lançamento do Projeto em Jeremoabo, com as presenças da Missão de Supervisão do Bird, da equipe do Mata Branca-Ceará, de secretários de Governo da Bahia e do Ceará, de prefeitos dos quatro municípios de execução do Projeto na Bahia (Jeremoabo, Curaçá, Contendas do Sincorá e Itatim) e de representantes de ONGs, quilombolas e povos indígenas;
 - Elaboração do Manual Operacional e do Plano Operativo do Projeto para o primeiro ano (2007-2008), permitindo a sua implementação imediata;
 - Curso de Licitação visando capacitar a equipe técnica sobre processo de aquisição de bens e contratação de consultorias de acordo com modelo estabelecido pelo Banco Mundial;
- Articulação com secretarias, órgãos estaduais, ONGs e demais participantes, no sentido de estabelecer os relacionamentos institucionais necessários à execução do Projeto;
 - Promoção de palestra sobre as oportunidades de acesso ao Crédito de Carbono, promovida pelo Departamento Bio Carbon Fund do Bird;
 - Realização de trabalhos de sensibilização e mobilização da comunidade de Jeremoabo e arredores, visando ao apoio necessário da população ao Projeto.

4.3.2 Controle das atividades exploradoras de recursos florestais

O processo de regularização florestal, em conformidade com o preconizado no Código Florestal e na Política Florestal do

Estado, vem logrando avanços significativos na Bahia. Os resultados decorrem, principalmente, da implementação de instrumentos eficazes para a adequada gestão dos recursos florestais.

O modelo de estrutura centralizada, na sede da SEMARH em Salvador, mostrou-se ineficiente para atender à demanda do processo de regularização florestal voltada para a geração de “positivo ambiental” e para a socialização do serviço público. Tal diagnóstico demandou que se iniciasse um processo de descentralização, com maior autonomia dos escritórios regionais.

A celeridade na análise dos processos e a conclusão dos mesmos se tornou um grande desafio para atender a um passivo em torno de 3.000 processos no âmbito da SEMARH e 584 processos oriundos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama.

No Gráfico 1, observa-se uma elevada quantidade de processos solicitados pertencentes aos escritórios regionais nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, em contraste com as outras regiões.

O desequilíbrio entre as regiões demandadoras de processo e a distribuição do quadro de técnicos acentuou o hiato entre a recepção de processos e a capacidade de execução dos mesmos.

Para a execução das atividades nos escritórios regionais que demandaram maior quantidade de vistorias e que não possuíam quadro de técnicos, foi necessário um esforço para mobilização da equipe de outras regionais.

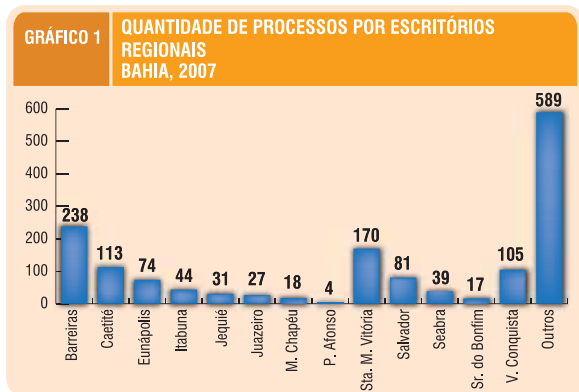
A explícita estrutura confinadora dos processos na sede e a falta de definição da normatização do fluxo dos processos exigiu o desenvolvimento de estratégia para atender a uma política ambiental no âmbito de uma política social mais justa e na garantia do crescimento da economia do Estado.

O esforço para criar uma normatização dos procedimentos foi refletido através da nomeação de um grupo de trabalho constituído por especialistas e técnicos da SEMARH que construiu uma proposta que visa à simplificação dos procedimentos para regularização florestal dos pequenos produtores rurais com perfil de agricultura familiar.

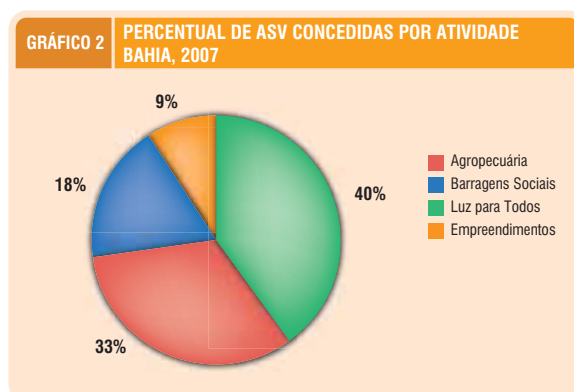
Supressão de Vegetação – As Autorizações de Supressão de Vegetação – ASV emitidas em 2007 evidenciam que 58% destas foram destinadas aos projetos sociais (água e energia), 9% para empreendimentos com elevado potencial de geração de divisas para o Estado (mineração) e 33% restantes para o desenvolvimento da atividade agropecuária, conforme mostra o Gráfico 2.

O registro de atividades do agronegócio florestal é uma obrigação de todas as pessoas físicas e jurídicas que nele atuam. Renovável anualmente, o Certificado do Registro de Atividade Florestal – RAF é exigido para pessoas que produzem, coletam, extraem, beneficiam, desdobram, industrializam, comercializam, consomem, transformam ou utilizam produtos, subprodutos ou matéria-prima originadas de qualquer formação florestal. Até novembro de 2007, a SEMARH registrou a solicitação de 1.097 RAFs.

Transporte de Produtos Florestais – O Carimbo Eletrônico para o Controle do Transporte de Produtos Florestais resultante de



Fonte: SEMARH/SFC



Fonte: SEMARH/SFC

parceria firmada entre a SEMARH e a Secretaria da Fazenda do Estado – SEFAZ, em 2005, foi substituído pelo Documento de Origem Florestal – DOF, em parceria com o Ibama, com o objetivo de assegurar aos produtores, fornecedores e consumidores uma garantia da origem, transporte e destinação dos produtos florestais, de forma descentralizada, com foco na qualidade do serviço, celeridade do processo e satisfação do usuário.

Imóveis Rurais – O Cadastro Florestal de Imóveis Rurais – CFIR, instituído em 1997, visa o controle e a fiscalização das Áreas de Preservação Permanente – APP, Áreas de Reservas Legais – RL, e Áreas de Servidão Florestal, bem como a exploração de atividades florestais. Esse instrumento de controle atesta a condição de regularidade do imóvel rural perante a legislação florestal. A inscrição da propriedade no banco de dados do CFIR e a emissão do cadastro só ocorrem após a averbação da RL. Em 2007, foram cadastrados 82 imóveis no Estado.

Também tem sido objeto do esforço da SEMARH a averbação da reserva legal dos imóveis rurais do Estado, onde menos de 40 mil hectares estão averbados. Em 2007, foram emitidos 173 certificados para autorização de áreas de reserva legal na Bahia.

Crédito de Volume Florestal – O Governo do Estado inaugurou um mecanismo inovador de incentivo à produção florestal sustentável, com a finalidade também de promover a integração das florestas de produção ao agronegócio. Esse mecanismo permite que florestas plantadas ou mesmo projetos em implantação possam ser reconhecidos sob a forma de Crédito de Volume Florestal – CVF. Em 2007, foram realizados 19 reconhecimentos de volume florestal no Estado.

Na prática, o reconhecimento da produção e a emissão do correspondente crédito de volume permitem que os proprietários das formações florestais possam utilizar esses créditos ou negociá-los com terceiros, vinculando-os à reposição florestal obrigatória ou aos planos de auto-suprimento.

4.4 GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E ECOSSISTEMAS

Em 2007, a SEMARH fechou negociação com o Instituto Biofábrica de Cacau para o fornecimento de 200 mil mudas de

espécies nativas e exóticas de rápido crescimento. As mudas serão distribuídas gratuitamente aos produtores rurais da região do litoral sul, que poderão recuperar áreas de preservação permanente e reservas legais, além da opção de implantar bosques energéticos com as espécies de rápido crescimento, gerando mais uma alternativa de renda para a propriedade.

A minuta do contrato para a formalização desse fornecimento está em análise na Procuradoria Geral do Estado – PGE.

4.5 AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

O Centro de Recursos Ambientais – CRA, vem desenvolvendo ações socioambientais que pretendem atuar na minimização e busca de solução de problemas, nas áreas de conflito ambiental no Estado da Bahia e também que atendam às demandas dos Territórios e de outros fóruns como a Conferência Estadual de Meio Ambiente.

Desenvolvido entre 2003 e 2006, o Projeto Nascentes do Paraguaçu, parte do Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II, executado na Bahia pelo CRA, teve sua manutenção com foco nas áreas temáticas de Agroecologia e Resíduos Sólidos, dando continuidade às atividades desenvolvidas em parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, na implantação das Unidades de Produção Agroecológica e Irrigação Sustentável coletivas, nos municípios de Mucugê, Ibicoara, Barra da Estiva, Nova Redenção e Seabra, com assistência técnica aos produtores, bem como apoio ao projeto Fortalecimento da Rede de Feiras Agroecológicas do Estado da Bahia, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e com a participação de diversas organizações não-governamentais.

Dentro da temática resíduos sólidos, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, foram realizadas quatro reuniões das Comissões de Gestão de Resíduos Sólidos dos municípios de Palmeiras, Lençóis e Ibicoara, e uma oficina de intercâmbio destas comissões com os participantes dos respectivos municípios, além de promover uma capacitação técnica para os gestores da limpeza pública de cada município.



Atualmente, estão sendo desenvolvidos quatro projetos que visam à capacitação de comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária, em temas relacionados às práticas agroecológicas, no intuito de criar meios de sustentabilidade ambiental, social e econômica:

- Implementação de um plano-piloto de Manejo Sustentável de uma área de fundo de pasto, desenvolvido na região de Monte Santo, com a parceria da Escola Família Agrícola do Sertão – Efase, em conjunto com diversas ONGs que já desenvolvem projetos agroecológicos no Semi-árido;
- Assentamentos Rurais Sustentáveis, que em duas frentes iniciais pretendem prover a regularização ambiental dos assentamentos e implantar um plano de desenvolvimento de base agroecológica nas suas áreas coletivas;
- Projeto de Implantação de um plano de manejo compartilhado de recursos pesqueiros no município do Conde, que corresponde aos Estudos Etnográficos e Etnobiológicos de sete comunidades tradicionais pesqueiras, em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs;
- Projeto Sementes do Paraguaçu, que visa à criação de um banco de sementes e viveiro na região da Chapada Diamantina, com vistas à perpetuação dos corredores de remanescentes florestais nesta região.

A SRH, visando atender as questões socioambientais das comunidades de pescadores, marisqueiras e quilombolas de pe-

quenos povoados de Maragogipe e Cachoeira que vivem no Baixo Paraguaçu, lançou o Programa Iguape Sustentável, em parceria com outros órgãos do Governo do Estado.

O programa visa atender a uma demanda da comunidade da Baía do Iguape, e contará com recursos para a sua implantação, em 2008 garantidos através do Fundo Nacional do Meio Ambiente. No último trimestre de 2007, foi feito um diagnóstico da situação social, ambiental e econômica da região, que irá embasar o plano de ações concretas para a Reserva Extrativista do Iguape.

4.5.1 Purificação de Santo Amaro

A população de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, há quase 50 anos sofre as consequências da destinação irresponsável dos rejeitos do beneficiamento de chumbo e outros metais pesados. O Governo do Estado, preocupado em garantir a qualidade de vida da população e a recuperação do meio-ambiente degradado por este desastre, tem implementado esforços para remediar esse que é um dos maiores passivos ambientais do país. O programa Purificação de Santo Amaro, coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, busca mecanismos que promovam o bem-estar dos habitantes do município, com participação popular e a sustentabilidade ampliada, por meio de ações nas esferas de saúde, meio ambiente, educação e cidadania.

Em 2007, foram realizadas consultas e exames nos ex-trabalhadores para avaliação e diagnóstico que permita, posteriormente, tratamento adequado a cada caso. Os exames continuarão sendo feitos até todos serem atendidos. Também foram analisados alimentos da localidade de Caeiras, como peixes, crustáceos e moluscos, e na feira livre, incluindo outros alimentos que são produzidos em Santo Amaro, como hortaliças e frutas. Foram adquiridos equipamentos médico-hospitalares que permitirão minimizar os impactos gerados à saúde da população, com a implantação de equipes do Programa de Saúde da Família.

Com a participação da sociedade civil, Prefeitura de Santo Amaro, universidades e ONG, foi elaborado novo plano de execução, e viabilizado um protocolo de intervenção nos sítios urbanos do município, já que a estimativa é que 100 mil toneladas de escória estejam espalhadas pela área urbana, servindo como base para pavimentação de vias. O mais importante nesse projeto é a redução do risco de contaminação por metais pesados, através do monitoramento de trabalhos urbanos em que haja exposição da escória e a remoção do resíduo da área urbana para posterior disposição em local adequado.

4.6 BASES BIORREGIONAIS

Tem como principal objetivo o incentivo à pesquisa científica, sistematização e disseminação das informações sobre os biomas do Estado (mata atlântica, cerrado e caatinga), em parcerias com as mais diversas instituições de ensino e pesquisa. A disponibilização desse conhecimento técnico-científico das biorregiões do Estado oferece subsídios para programas e políticas públicas de preservação, conservação e uso sustentável dos ativos ambientais.

Em 2007 foi assinado Convênio de Cooperação Técnico-Científica com as Universidades Estaduais: Uneb, Uesc e Uefs, repassando para as mesmas o valor total de R\$ 229,5 mil, visando desenvolver projetos de preservação e conservação para os biomas do Estado.

Está sendo estruturado o Banco de Dados do Bioma Mata Atlântica na Bahia. Para tanto, foi assinado um Protocolo de Intenções com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac e a empresa Veracel, visando à cooperação

técnica e administrativa, para o desenvolvimento e alimentação com dados das pesquisas na área ambiental. Em parceria com a SRH, SEMARH, MPE, UNEB, UFBA e ONGs, foi elaborado projeto de Conservação do Cerrado, e submetido ao Ministério do Meio Ambiente/GEF Cerrado, sendo classificado em 6º lugar.

O CRA participou de diversos comitês e conselhos, com destaque para o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga, no Sub-Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e das inúmeras Unidades de Conservação no Estado.

Ressalta-se também a atuação como membro da Rede Baiana de Polinizadores – Repol e a parceria com a Uefs e diversos órgãos do Governo na organização e coordenação da V Feira do Semi-árido.

4.6.1 Rede Baiana de Polinizadores

Esta iniciativa tem por objetivo garantir um melhor entendimento do impacto dos polinizadores para o agronegócio e o meio ambiente. A Rede Baiana de Polinizadores – Repol, atua em favor da capacitação de recursos humanos para pesquisa e extensão em temas envolvendo polinização e polinizadores. Além disso, apóia o avanço e difusão dos conhecimentos gerados pelos pesquisadores, a conservação e manejo sustentado dos polinizadores, a abertura de mercados ainda não disponíveis ou pouco conhecidos, e a produção de material bibliográfico específico em língua portuguesa.

No ano de 2007, deu-se continuidade ao fortalecimento das ações da Repol, quando se descentralizou as reuniões para o interior do Estado, procurando, desta forma, prestigiar as instituições parceiras, incluindo-se as universidades fora de Salvador. Além disso, a Rede participou do IV Congresso Baiano de Apicultura, que ocorreu em Porto Seguro, em agosto de 2007.

4.7 CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

Dando continuidade às atividades do projeto Corredor Central da Mata Atlântica – CCMA, a administração estadual garantiu os recursos de contrapartida dos convênios celebrados entre



a SEMARH e o Ministério do Meio Ambiente – MMA. Com isso, começou a ser realizado o mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo dos Mini-corredores Una-Lontras-Baixões, Marinho de Abrolhos e Monte Pascoal-Descobrimento. Além disso, novas funcionalidades estão sendo inseridas no Geobahia e está sendo criado um banco de dados de biodiversidade da Mata Atlântica. Foram adquiridos equipamentos para estruturação das unidades Regionais de Fiscalização da área do CCMA.

5. GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA

A política de descentralização é essencial para planificação e fortalecimento da área ambiental, agilizando empreendimentos socioeconômicos em todos os Territórios do Estado. Assim, em 2007, foi desenhado o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC, que, através da municipalização, não apenas fortalece estruturas ambientais locais, como também garante a articulação entre os municípios e destes com o Estado.

Dentro da estratégia do GAC, destaca-se ainda o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC, instituído por portaria do Ministério do Meio Ambiente, que foi concebido para atender a uma demanda da Primeira Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em 2003.

Executado na Bahia pela SEMARH, sua concepção foi delegada a uma Comissão tripartite composta por representantes do Governo Federal, Governo do Estado e dos municípios (União dos Municípios da Bahia – UPB e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Anamma), que ampliou esta tarefa para várias instituições da sociedade civil, como forma de construção participativa.

No Estado foram selecionados 88 municípios para serem capacitados, sendo que os cursos ocorrerão em 22 municípios-sede, visando à capacitação de 880 formadores ambientais municipais.

Em 2007, foram realizadas dez capacitações, contemplando 29 municípios, conforme Quadro 5.

QUADRO 5

MUNICÍPIOS CAPACITADOS PELO GAC BAHIA, 2007

LOCAL DO CURSO	MUNICÍPIOS CAPACITADOS
Alagoinhas	Inhambupe, Catu e São Sebastião do Passé
Cachoeira	São Félix, Maragogipe e São Francisco do Conde
Camaçari	Simões Filho e Lauro de Freitas
Cruz das Almas	Santo Antônio de Jesus, Nazaré e Amargosa
Feira de Santana	Santa Bárbara, Serrinha e Biritinga
Ilhéus	Itabuna, Itacaré, Ubaitaba e Itajuípe
Salvador	Vera Cruz, Madre de Deus e Itaparica
Teixeira de Freitas	Itanhém, Medeiros Neto e Caravelas
Valença	Camamu, Cairu e Ituberá
Vitória da Conquista	Itapetinga e Barra do Choça

Fonte SEMARH/SDS

O público-alvo da capacitação são os gestores ambientais, sociedade civil, por meio dos Conselhos, e vereadores, que têm como objetivo estruturar os sistemas municipais de meio ambiente, visando fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama. Este fortalecimento promoverá uma gestão ambiental municipal, descentralizada, tornando mais eficiente a capacidade técnica, gerencial e operacional das estruturas de gestão ambiental em seus diversos níveis, conforme previsto na legislação.

6. CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Em 2007, foram realizadas nove reuniões ordinárias e cinco reuniões extraordinárias do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – Cepam, sendo analisados 104 processos, dos quais 62 foram aprovados, sendo 33 referentes a licenciamento ambiental.

As principais discussões e apresentações versaram sobre as novas diretrizes e ações da SEMARH; o processo de revisão das Leis nº 10.431 e nº 10.432 de 2006 e os resultados da Caravana Cívica Ambiental, que possibilitou a participação

popular no processo; o Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental da Bahia – Geobahia; o licenciamento ambiental do Estado; a apresentação das competências e do funcionamento do Conselho; as atividades desenvolvidas no Centro de Triagem de Animais Silvestres Chico Mendes – Cetas Chico Mendes; a Conferência Estadual de Meio Ambiente; e o Projeto Agropolo-Mucugê.

Outra importante ação, em 2007, foi a retomada dos trabalhos da Câmara Técnica de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas – CTBIO, ligada ao Cepam. Foram realizadas duas reuniões ordinárias, nas quais discutiu-se a possibilidade de intervenção em Zona de Proteção Visual – ZPV, e a definição de turismo ecológico/ecoturismo. A expansão do turismo no Litoral Norte do Estado ensejou o processo de discussão, e os resultados dos trabalhos da CTBIO acerca da temática findaram em parecer conclusivo, dirimindo as dúvidas técnicas existentes, que será analisado e deliberado pelo Cepam.

Vale ressaltar que, com o Decreto nº 10.304/2007, o Cepam passou a ser composto por 21 membros, sendo sete representantes do poder público, cinco entidades ambientalistas, dois representantes de categorias profissionais, duas entidades empresariais, três entidades de centrais sindicais e uma cooperativa de pequeno ou médio produtor.

7. CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

No atual Governo, pela primeira vez na história de um Conselho de Recursos Hídricos do país, foram eleitos representantes dos povos e comunidades tradicionais, devido à importância de se incluir indígenas, quilombolas, marisqueiros, pescadores e comunidades de fundo de pasto na gestão das águas, através de uma participação democrática. Com isso, foi publicado o Decreto nº 10.289/07 que estabeleceu a nova composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh. Na regulamentação, o representante das universidades estaduais passou a ocupar a vaga destinada a representantes do poder público, disponibilizando a vaga (titular e suplente) da sociedade civil, para as comunidades tradicionais.

Sobre as deliberações do Conselho, foi aprovado o novo regimento interno, a eleição do representante do Conerh no Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – Ferhba e a criação da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos. A Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais, já existente, produziu cinco reuniões esse ano.

8. CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CEMA

A Conferência Estadual de Meio Ambiente – Cema, é um instrumento de educação ambiental e democracia participativa que cumpre as diretrizes traçadas pelo Ministério do Meio Ambiente, buscando consolidar o desenvolvimento sustentável, a transversalidade, o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, o controle e a participação social.

Em 2007, foram realizadas oito Conferências Regionais de Meio Ambiente nos municípios de Cruz das Almas, Caetité, Paulo Afonso, Salvador, Barreiras, Eunápolis, Vitória da Conquista e Camaçari. Integradas por 2.408 participantes, representantes do poder público, sociedade civil, empresas

privadas, comunidades tradicionais, índios e quilombolas, as Conferências Regionais elegerão 51 delegados que representarão seus municípios na 2ª Conferência Estadual.

9. ENCONTRO PELAS ÁGUAS

Comunidades de terreiro, quilombolas, povos indígenas, povos do campo, empresários, jovens, crianças, mulheres, pescadores e marisqueiras representam as diferenças existentes na sociedade civil e de usuários de água. A partir das reuniões públicas possibilitadas nos “Encontros Pelas Águas”, cada segmento encontrou e fortaleceu sua articulação e seu compromisso com as questões pertinentes.



TABELA 7

ENCONTRO PELAS ÁGUAS
BAHIA, 2007

PÚBLICO	DATA DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	BACIA	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Comunidades de Terreiros	24/08	Salvador	Recôncavo Norte	350
Pescadores e Marisqueiras	15/09	Canavieiras	Pardo e do Jequitinhonha	350
Juventude	22/09	Ilhéus	Leste	300
Empresários	26/09	Salvador	Recôncavo Norte	40
Povos Indígenas	29/09	Euclides da Cunha	Itapicuru	350
Povos do Campo	06/10	Juazeiro	Salitre	250
Mulheres	20/10	Mucugê	Paraguaçu	470
Quilombolas	27/10	Santa Maria da Vitória	Corrente	200
Crianças	10/11	Irecê	Bacia do Verde e Jacaré	200
TOTAL				2.510

Fonte: SEMARH/SRH

Após os nove “Encontros Pelas Águas”, discriminados na Tabela 7, contendo a diversidade de perspectivas sobre a gestão das águas, em todos os segmentos sociais de todas as bacias, o produto mais importante será a carta que ficará como um marco da gestão ambiental democrática, para cada segmento social, para o Governo, para cada bacia e para a Bahia.

10. PROJETO ESPECIAL: AGENDA 21 BAHIA

O Projeto Agenda 21 Bahia, apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – SEDUR, através do Termo de Referência nº 03/2007 – Estratégia Integrada de Conservação e Manejo da Biodiversidade para o Estado da Bahia, do Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente, tem como objeto principal a capacitação e assistência técnica para construção de processos de Agenda 21 Local em municípios com Unidades de Conservação no Estado da Bahia, enquanto elemento de formulação e articulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade.

A proposta tem como perspectiva a construção e implementação de processos de Agenda 21 Local em Territórios do Estado da Bahia. Contudo, nesta primeira etapa, pretende-se construir metodologias e implementar ações de capacitação e assistência técnica em sete municípios de diferentes Territórios de Identi-

dade, para a elaboração e implementação do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável baseado na metodologia do “Passo a Passo da Agenda 21 Local”, do Ministério do Meio Ambiente.

O Projeto apresenta, enquanto área de abrangência, sete Territórios de Identidade, componentes de três diferentes fisionomias vegetais: a caatinga, o cerrado e a mata atlântica. Territórios com diferentes características sociais, culturais, econômicas, políticas e institucionais, porém todos com modelos degradatórios de desenvolvimento e lugar de articulação de organizações da sociedade civil. Todos apresentam um número representativo de unidades de conservação. São eles: Oeste Baiano, Chapada Diamantina, Região Metropolitana de Salvador, Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul e Semi-árido Nordeste II/Itaparica, seguindo critério de regionalização adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Para cada um destes Territórios de Identidade será selecionado, de forma participativa e consensual, um município-núcleo territorial para o desenvolvimento das ações previstas. Como metas para a execução do Projeto, citam-se: consolidação do Projeto Agenda 21 Bahia; detalhamento da metodologia e modelo de gestão do Projeto Agenda 21 Bahia; implantação das bases para a execução das ações de capacitação e assistência técnica em Agenda 21 Local; realização de capacitação em Agenda 21 Local; realização de Assistência técnica para elaboração de Agenda 21 Local; avaliação e monitoramento da implementação

dos processos de Agenda 21 Local; e avaliação e consolidação dos resultados do projeto e definição de estratégias de continuidade dos processos de Agenda 21 Local. A proposta encontra-se em fase de avaliação e ajustes pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, para a posterior liberação dos recursos.



11. PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

As ações de capacitação que envolvem equipe técnica visam à multiplicação dos saberes construídos coletivamente no núcleo territorial. A estrutura estabelecida e instalada em cada núcleo será a base física e material para a continuidade do Projeto de Agenda 21 Local nestes sete municípios, necessária aos trabalhos de implementação, monitoramento e avaliação do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

Na busca de aperfeiçoamento do desempenho ambiental, o Governo do Estado, por intermédio da Embasa, vem adotando ações que visam a melhoria da gestão ambiental na implantação e operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As ações para implementação da Política Ambiental vêm sendo ampliadas ao longo dos últimos anos, contemplando os projetos, as obras, a operação dos sistemas e o monitoramento das represas e mananciais de abastecimento.

A Superintendência de Meio Ambiente e Projetos, criada em abril/2005, vinculada à Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente, vem promovendo a gestão ambiental integrada com os projetos dos sistemas, a responsabilidade social e as atividades fins da empresa.

Na implementação dessas ações, a Superintendência conta com apoio da Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA, constituída por 22 membros representantes da Diretoria da Embasa e de 20 Comitês de Gestão Ambiental – CGA, criados nas Unidades de Negócios, que têm como objetivo acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais, o desempenho ambiental da empresa e propor ações que minimizem os impactos resultantes das obras e operação dos sistemas.

12. REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Dentro dos princípios da sustentabilidade com foco na dinamização da economia e melhoria da qualidade ambiental e de vida da população, a SEMARH, através da Superintendência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – SDS, im-



plementou a ação de Manejo e Disposição de Resíduos Tóxicos, nos municípios de Sobradinho, Sento Sé, Remanso e Casa Nova, representando uma área de 40,1 km², com uma população de 201.000 habitantes.

Um aspecto marcante da região desses municípios é o uso intensivo de agrotóxicos nas culturas realizadas nas áreas de vazante, o que tem acarretado inúmeros impactos negativos ao meio ambiente. A toxicidade desses produtos e a falta de critérios técnicos e equipamentos adequados, como Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para aplicação dos mesmos, resultam em efeitos danosos à saúde do agricultor e da população em geral. O sistema de irrigação por inundação, adotado pela grande maioria dos agricultores locais, acaba por carrear para as lagoas os produtos tóxicos utilizados, ocasionando a contaminação das mesmas e, conseqüentemente, dos animais e do próprio homem, uma vez que esses produtos são cumulativos na cadeia alimentar.

Nesse contexto, a SEMARH/SDS elaborou projeto executivo de acordo com as exigências estabelecidas pela Resolução Conama nº 334 e pelo Decreto Federal nº 4.074/2002, e implantou, em parceria com a Chesf, um Posto de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos nos municípios de Sobradinho, Sento Sé, Remanso e Casa Nova.

Em complemento ao processo, foi desenvolvido nos municípios um Programa de Capacitação em Saúde, Segurança e Meio Ambiente, em parceria com o Departamento de Meio Ambiente da Chesf, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada – Irpaa, Centro de Referência de Saúde do Trabalhador de Juazeiro – Cerest/Juazeiro e Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab.

Esse Programa de Capacitação abordou os procedimentos corretos a serem realizados com as embalagens vazias de agrotóxicos, visando ao ordenamento dos elos da cadeia –

fabricante, revendedor e agricultor – para cumprimento da Lei Federal nº 9.974 de junho de 2003 de Agrotóxicos e Afins, incentivo ao uso de biofertilizantes, instrumentalização dos postos para recebimento temporário de embalagens vazias e destinação final à Central de Coleta de Petrolina, em Pernambuco.

Além disso, o CRA encaminhou ao Programa de Revitalização do Rio São Francisco do Ministério do Meio Ambiente o Projeto Eco-Museu do Pescador, que visa criar em Sobradinho um espaço público onde o conhecimento tradicional dos pescadores e pescadoras da região sirva de elemento aglutinador para o desenvolvimento do registro da cultura local e para o fortalecimento social destes atores em face à política de desenvolvimento da região. A cultura e os conhecimentos tradicionais se aliarão às novas técnicas, estimulando a cria-

ção de meios de auto-sustentação (artesanato, culinária, condução guiada, beneficiamento de frutas, ervas etc.), buscando, na “conversão” dessa cultura em atividades produtivas, o favorecimento da preservação da biodiversidade, da participação local e da educação ambiental.

Em outra ação, a SEMARH tem participado efetivamente do Programa de Fiscalização Preventiva Integrada – FPI, na Bacia do Rio São Francisco, através de uma iniciativa do Ministério Público do Estado, que conta com a participação de várias entidades gestoras dos recursos naturais, reunidas com o objetivo de implementar o desenvolvimento econômico sustentável em todo o domínio dessa unidade hidrográfica. Em 2007, foram realizadas duas etapas no entorno de Irecê, Barreiras e Guanambi, com a fiscalização sendo realizada em 21 municípios.





13. NÚCLEO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO MEIO AMBIENTE

O Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente – Neama, ganhou uma nova modelagem no ano de 2007 com a criação dos Ciclos de Cursos, Palestras e Debates, além da revitalização do espaço do Forte de Monte Serrat, onde foi inaugurado o Memorial Professor Milton Santos.

Mensalmente, no espaço do Memorial, vêm sendo realizadas exposições abertas ao público, a exemplo da Exposição de Ciência e Tecnologia, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em outubro.

O Neama, ainda, deu continuidade aos cursos de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Universidade de Brasília – UnB e a Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs, e Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo, realizado pela Rede de Tecnologias Limpas e Minimização de Resíduos da Universidade Federal da Bahia – Ufba/Teclim, com apoio institucional do CRA.

Também foram promovidos 16 cursos de extensão e treinamento, com destaque para o Curso de Construção Sustentável,

inédito na Bahia, contando com a presença de 93 profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo, engenharia civil e desenvolvimento sustentável. E, ainda, foram realizadas oito palestras dentro do Programa das Quintas Ambientais com a participação de 858 pessoas.

Outro novo projeto, voltado à problemática socioambiental baiana, é intitulado Sentidos do Ambiente. Neste trabalho, o Neama repassa para jovens estudantes de escolas públicas do ensino médio os conteúdos do curso de desenvolvimento de capacidades em meio ambiente, utilizando as portas sensitivas da audição, olfato, visão, tato e paladar.

Como grande inovação, o Neama lançou o projeto para construção, na sede do CRA, de uma casa seguindo os princípios de sustentabilidade. Denominada “Casa Sustentável”, o local irá abrigar equipes técnicas, tornando-se referencial em construção sustentável e eficiência energética. Para viabilizar esta casa, foram realizadas visitas técnicas a centros nacionais de referência em construção sustentável e elaborado o Termo de Referência.

No âmbito da Mesa Redonda Baiana de Produção mais Limpa e Consumo Sustentável, foi discutida proposta para inserção de incentivos no Regulamento da Lei Estadual nº 10.431/06,

quando da adoção de práticas de produção mais limpa e de consumo sustentável.

Introdução à Produção Mais Limpa, fortalecendo a gestão ambiental de micro e pequenas empresas.

No Programa Parceiros do Meio Ambiente, ressalta-se a realização de capacitação de adotantes e adotados na temática

Foram desenvolvidos, ainda, projetos de articulação social, cujos resultados estão demonstrados no Quadro 6.

QUADRO 6

PROJETOS DE ARTICULAÇÃO SOCIAL DESENVOLVIDOS PELO NEAMA BAHIA, 2007

PROJETO	ATIVIDADES REALIZADAS
Projeto de Educação	15 Cursos e 09 oficinas de Aperfeiçoamento para Formadores em Educação Socioambiental Popular em municípios do Estado da Bahia. 2 oficinas de Apoio para formulação do Programa Estadual de Educação Ambiental da Bahia. 10 sessões de cinema comentado, objetivando a sensibilização das questões socioambientais e estímulo à cidadania junto a trabalhadores dos serviços gerais do CRA.
Projeto Visão Ambiental	Definição dos temas a serem trabalhados: leitor ambiental, formação de educadores ambientais e linha editorial em braile.
Projeto de Educação Socioambiental no Processo de Licenciamento	Levantamento de dados em processos de licenciamento com condicionantes de educação ambiental. 01 Mapa dos municípios do Estado da Bahia por condicionante de educação ambiental. 06 Oficinas para discussões, proposições e adequação à Minuta do Termo de Referência de Educação socioambiental elaborado pela CIEA. 02 cursos de formação em Educação Socioambiental em processo de licenciamento ambiental. Elaboração do Termo de Referência de Educação Ambiental no Licenciamento. Elaboração do Termo de Referência de Educação Ambiental no Licenciamento para empoderamento da comunidade quando da implementação de empreendimentos impactantes. Promoção de treinamento em serviço dos municípios do Estado da Bahia, em consonância com o programa da SEMARH/CRA de descentralização do licenciamento.
Projeto de Mediação e Resolução de Conflitos Socioambientais	Criação de Grupo de Estudo de Ecologia Política. Termo de Referência para mapeamento dos conflitos socioambientais na Região Litoral Norte/Salvador, no Estado da Bahia. Elaboração de Termo de Referência do Projeto de Mapeamento dos Conflitos. Proposta de Estudo Etno-ecológico sobre a situação de impactos ambientais e risco à população ribeirinha da Baía de Todos os Santos. Participação das reuniões da APA Joanes-Ipitanga. Participação em audiências públicas, utilizando metodologias participativas para fins de fortalecimento de espaços públicos socioambientais e ampliação da participação popular na gestão ambiental. Articulação com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia por meio de sua Coordenação de Conflitos Territoriais. Curso voltado para a ambientalização dos conflitos socioambientais.

Fonte: SEMARH/CRA